

**MARIANA PURCOTE FONTOURA**

**EDUCAÇÃO DO CORPO FEMININO: UM ESTUDO NA REVISTA BRASILEIRA DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA (1944-1950)**

**Monografia apresentada como requisito parcial  
para conclusão do Curso de Bacharel em  
Educação Física, do Departamento de  
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,  
da Universidade Federal do Paraná.**

**MARCELO MORAES E SILVA**

Ao meus pais,  
pois sem eles não seria possível chegar aonde estou e ter a oportunidade de  
construir este trabalho.....

## AGRADECIMENTOS

Considerando esta monografia como resultado de uma caminhada que não começou na UFPR, agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje.

E agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela contribuição direta na construção deste trabalho:

Ao professor orientador Marcelo Moraes e Silva, por ter aceitado orientar-me na monografia, por ter sido um verdadeiro companheiro nas recorrentes "discussões" que travávamos dentro e fora das salas de aula, pelos múltiplos livros emprestados, pela sua infinita sabedoria em me guiar na escolha do meu tema, na construção do trabalho e principalmente na construção do meu aprendizado, pela sua atenção e dedicação, pela sua presença nesta fase de minha vida se mostrou mais que um mestre e sim um amigo.

Aos meus pais, Ahilto e Catarina, que com sua educação, dedicação e amor terem me proporcionado tudo para que eu chegasse onde eu estou. Pela compreensão e força dada durante a realização deste trabalho. Com a virtude única dos pais, agüentaram os humores instáveis da filha preocupada com a monografia e sempre estiveram dispostos a ajudar de alguma forma. Obrigado por acreditarem em mim e por não medirem esforços para minha evolução.

Aos meus irmãos Moisés, José Francisco, Lucas e Iara pelo carinho e força que me dão, por estarmos sempre juntos nos momentos mais importantes.

Aos meus amigo(a)s Camila, Verônica, Priscilla, Daiany, Lenir, Rafaela e Thiago por me proporcionarem momentos de descontração e alegria nesta fase, por serem meus verdadeiros companheiros e oferecerem conselhos, opiniões e incentivo. Obrigado por fazerem parte da minha vida.

A minha cunhada Sandra por toda força que me deu, com a sua enorme paciência nas nossas conversas, que foram muitas, e por me ajudar a olhar para frente nos momentos difíceis.

Ao meu namorado Jean, pelo seu infinito amor, paciência, por suas palavras de carinho nas horas aflitas e por sua grande sabedoria e motivação que me

auxiliaram nesta caminhada. Obrigado por estar ao meu lado e compartilhar esta fase em minha vida, te amo.

A Deus, pela oportunidade de evolução pessoal e por me iluminar nos momentos difíceis, me mostrando a força interior que possuo e por me proporcionar momentos de felicidade.

"As mulheres têm experiências multifacetárias, semelhantes e diferentes. Semelhantes são suas histórias de opressão. Diferentes, as de libertação. E vice-versa"

Ivoni Richter Reimer (1995,p.5)

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 1: SURGIMENTO DE DISCURSOS ESPECIALIZADOS SOBRE O CORPO.....</b>	<b>10</b>
1.1 O CORPO COMO OBJETO DE CONHECIMENTO.....	10
1.2 A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS ESPECIALIZADOS SOBRE O CORPO.....	13
1.3 A MULHER E OS DISCURSOS ESPECIALIZADOS SOBRE O CORPO.....	20
<b>CAPÍTULO 2: A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....</b>	<b>27</b>
2.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS.....	27
2.2 A INFÂNCIA.....	33
2.3 MATERNIDADE.....	36
<b>CAPÍTULO 3: A PRESENÇA FEMININA NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>44</b>
3.1 O PAPEL DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO.....	44
3.2 ORDEM MÉDICA: DELIMITANDO OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS MULHERES.....	49
3.3 A ORDEM MÉDICA NO UNIVERSO DAS PRÁTICAS CORPORAIS PRESCRITAS AS MULHERES.....	55
<b>POR FIM.....</b>	<b>60</b>
<b>REFÊRENCIAS.....</b>	<b>63</b>

## RESUMO

### **EDUCAÇÃO DO CORPO FEMININO: UM ESTUDO NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (1930-1945)**

Esta monografia tem como objetivo verificar quais foram os discursos especializados sobre o corpo da mulher, analisados em um periódico importante da Educação Física Brasileira da década de 1940, a Revista Brasileira de Educação Física. Para tanto, realizou-se um apontamento teórico para dentro das discussões do corpo como objeto de conhecimento, sobre os discursos especializados sobre corpo na modernidade e a sua emergência no Brasil, para posteriormente explicar a influência de tais discursos sobre a mulher neste período. Na investigação da revista, analisou-se seu histórico e elementos caracterizadores, como estava colocada a questão da infância e maternidade nas suas edições e por último a presença feminina na construção da nação, bem como o saber médico delimitando os tempos, espaços e funções sociais das mulheres e dentro do universo das práticas corporais prescritas a elas. Deste modo, foi possível notar que o cenário político-econômico que se passava no Brasil influenciou diretamente no conceito de infância e consequentemente da maternidade, passando esta a ter um caráter científico e “natural”, e elevada a um patamar patriótico e de grande importância para a modernização do país. Assim, conclui-se que baseados nas teorias analisadas, a ordem médica incidiu diretamente na regularização da normatividade feminina.

**Palavras-chave:** educação do corpo; discursos; infância; maternidade; saber médico.

## INTRODUÇÃO

No período de transição entre o século XIX para o XX, o corpo humano passa a ser visto como objeto de conhecimento e de intervenção. Com isso instaura-se no pensamento ocidental uma busca por um novo modelo, no qual a educação do corpo passa a ocupar papel de destaque.

Com o processo de construção deste "novo" indivíduo na sociedade moderna, cria-se uma nova conceituação sobre o corpo e conseqüentemente o surgimento de técnicas, discursos e práticas que serão empregadas para a produção desse conhecimento e sua propagação. A partir disto verdades são construídas. Discursos especializados sobre o corpo são formulados, entre eles podem-se destacar a Educação Física, retóricas que passam a ser objeto de atenção de uma política de estado mais ampla.

Tais mudanças também afetaram a sociedade brasileira, tanto que na década de 1940, com o processo de modernização e urbanização que se intensificou no país, foram feitos investimentos visando o controle dos hábitos cotidianos de homens e mulheres. Com estas alterações, a mulher passa a ter um papel fundamental neste cenário. Vários mecanismos são postos em ação para que este papel seja absorvido por elas.

Diante deste quadro, vêm à tona algumas questões. Quais são esses discursos que incidem sobre as mulheres? Qual finalidade possuem estas retóricas? Quais são as estratégias usadas para colocar em ação seus objetivos e a relação destes discursos com a Educação Física? Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como estas questões estão colocadas em um periódico importante da Educação Física e se elas estão relacionadas com o cenário da década de 1940.

É no seio desta discussão que o presente trabalho irá se desenvolver.

O primeiro capítulo está voltado à fundamentação teórica para o trato do problema de pesquisa; lançarei bases para discutir o corpo como objeto de conhecimento e o surgimento de um conjunto especializados de saberes sobre o corpo, entre eles o desenvolvimento científico, o saber médico, o higienismo, a Educação Física e o eugenismo. Todos estes tópicos perpassando épocas até chegar no Brasil. Posteriormente se contextualizará os discursos especificamente sobre o corpo da mulher no contexto nacional do período proposto para análise.

O segundo capítulo trata especificamente da análise da Revista Brasileira de Educação Física; elaboro um breve histórico e descrevo os elementos caracterizadores deste periódico, como agentes responsáveis e predominâncias temáticas; analiso os temas e artigos ligados à infância e maternidade.

O terceiro capítulo tratará da presença feminina na Revista Brasileira de Educação Física abordando os temas do papel da mulher na construção da nação, a influência da ordem médica nas funções e espaços sociais da mulher e posteriormente analiso a normatização médica e suas prescrições sobre a presença feminina nas práticas corporais.

No quarto e último capítulo realizo algumas conclusões cruzando os objetivos propostos com pontos importantes dos capítulos anteriores e relato como esta pesquisa foi importante do ponto de vista pessoal.

Assim sendo, os capítulos foram organizados na tentativa de reconstruir a trajetória que foi por mim trilhada, destacando-se os conflitos no início da construção teórica que posteriormente se transformou em aprendizado e satisfação e por fim na análise do periódico.

## CAPÍTULO 1: SURGIMENTO DE DISCURSOS ESPECIALIZADOS SOBRE O CORPO

### 1.1 O CORPO COMO OBJETO DE CONHECIMENTO

A transformação do corpo em algo que pode ser conhecido e mensurável é também sua mudança para algo que pode ser dominado e controlado. Há na história ocidental um lento processo de transformação do corpo em objeto de conhecimento material, manipulável e passível de intervenção.

Frank Perrin (*apud* SOARES, 2001) salienta que o corpo não é mais um veículo de experiência e sim um amplo campo de segmentos heterogêneos a agenciar, uma onipresença, volátil, incontornável e indiscernível, lugar de exploração máxima dos limites humanos, dos limites perceptivos. O primeiro terreno a ser tocado, o laboratório de todas as experiências.

Controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo. Foi no biológico, no somático no corporal que antes de tudo se investiu a sociedade capitalista. (VIGARELLO, 1978, p. 9).

Carmem Lúcia Soares (2001, p. 05), aponta que em meados do século XIX iniciou a “construção” de um “novo” indivíduo. Corpo esse que cuidasse dos seus aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos. Para isso são elaborados conceitos básicos do corpo. Trata-se de uma nova conceituação, que deixa a preguiça e a imoralidade dos séculos passados para trás.

O corpo como objeto de conhecimento suscita o surgimento de várias técnicas, discursos e práticas que serão empregadas para a produção desse conhecimento e sua disseminação, que para Ana Márcia Silvia (2001, p.12) “extrapolam a experiência humana do vivido e aquela proveniente do arcabouço biológico próprio da espécie”.

Considerando o corpo como alvo de discursos, a anatomia seria um canal de veiculação de ideologias, “de uma maneira específica de perceber e aprender a natureza, a organização e o funcionamento do corpo humano” (MANDRESSI, 2003, *apud* SOARES E TERRA, 2007, p. 103). Carmen Lúcia Soares e Vinícius Terra (2007, p. 103) apontam que os desenhos anatômicos e as lições de anatomia eram,

para o europeu, o espelho do corpo e ditavam modos de olhar, perceber e educar. O corpo é pensado em suas entranhas, seus músculos, órgãos, ossos, nervos, sua anatomia. O corpo será meticulosamente analisado, estudado e educado e dentro dele serão produzidas as “verdades”<sup>1</sup> sobre a vida. Os conhecimentos de natureza biomédica, influenciados em suas origens pela anatomia, vão predominar nas explicações do corpo e dos comportamentos de indivíduos e da sociedade.

A anatomia possui um papel determinante no conjunto de saberes e práticas que vão formar uma concepção do corpo; ela é central na transformação do corpo humano em um objeto de conhecimento que se dispõe a ciência. O corpo que se compreende como matéria a ser totalmente manipulada, inclusive em suas partes isoladas, oferece uma dimensão inédita de poder de conhecimento sobre o corpo que se desmembra em partes, sobre a carne como lugar da verdade (SOARES E TERRA, 2007 p.107).

Segundo Carmen Lúcia Soares e Vinícius Terra (2007, p. 108), a partir deste contexto, no século XVI, surgem os primeiros atlas de anatomia, representando o corpo e estabelecendo parâmetros para o que é normal e anormal. A concepção anatômica assegurada de uma postura científica que, lentamente se constrói e que expressa com vigor um outro modo de compreender e explicar o corpo a partir de uma postura metódica que pressupõe a desmontagem do corpo em partes, e são elas que vão permitir a compreensão e, portanto, a explicação do todo.

De acordo com Maria Henriqueta Luce Kruse (2003, *apud* SOARES E TERRA, 2007, p. 114) os anatomistas do século XVIII “consertaram”<sup>2</sup> a natureza para ajustá-la aos ideais de masculinidade e feminilidade. Nesse sentido, este saber de caráter meramente biológico acaba por naturalizar a inferioridade feminina.

Com informações tão precisas, analisadas pelo cunho científico faz-se pensar que o corpo é resultado da natureza e suas leis, ou como afirma Rafael Mandressi

---

<sup>1</sup> Para Michel Foucault (1986, p.12), a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela escolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

<sup>2</sup> A centralidade de explicações tão precisas e tão sedutoras nos impede, por vezes, de pensar em uma certa naturalização dos fenômenos ligados ao corpo e às práticas corporais, e por vezes, até mesmo abandonando suas inscrições sociais, marcadas pela história e pela cultura. A suposta “fragilidade” do corpo feminino, naturalizada largamente e universalizada, não seria o resultado do que na história se atribui ao corpo feminino? (SOARES E TERRA, 2007, p. 114-115).

(2003 *apud* SOARES E TERRA, 2007, p. 115) naturalizam-se os fenômenos ligados ao corpo, descartando suas características sociais, históricas e culturais.

A educação do corpo, de acordo com Carmen Lúcia Soares (2008, p.17), pode ser traduzida por pequenos e grandes gestos orientados a prevenir às causas dos inúmeros males que assolam as sociedades, inclusive antes dos gestos destinados aos cuidados, as curas, as múltiplas formas de manter e aumentar a saúde e o vigor do corpo. Convém destacar que os males, aparentemente universais, são também construções da história em suas particularidades, elas dão sentido e forma e prestam a linguagem que os definirá e os resignificará a longo prazo.

A educação do corpo é configurada em um lento processo de especialização de discursos e práticas, saberes e poderes. Carmen Lúcia Soares (2008, p.18), indica que esse processo de educação do corpo implica em privilegiar e desenvolver estratégias de conservação, de salvaguarda, projetando claramente, prescrições e comportamentos que afastam o “mal” e que, certamente, acompanham outras formas de representação do corpo. A educação é voltada para a saúde, que deseja realizar uma intervenção profunda na vida das populações. Busca transformar e adaptar corpos inadequados às novas necessidades da vida moderna. Segundo Tarcísio Mauro Vago (1999, p. 42), os padrões de corpo não se prendem no primado da correção dos corpos como em outrora, mas sim na eficiência destes corpos para a nova vida moderna.

Para Carmen Lúcia Soares (2000), no período de transição do século XIX para o XX, o corpo passa a ser um objeto de conhecimento e de intervenção. Com isso instaura-se a busca de uma nova ordem, onde a educação corporal ocupava papel de destaque, pois o corpo é visto como um “conjunto de forças capaz de por em movimento determinações precisas, conter e reprimir desejos, preservar energia.” (p.04). A imposição dessa nova retórica corporal, trás a tona novas condições de vida, ou seja, os corpos precisam ter suas potências dissipativas e subversivas constantemente vigiadas, administradas, para que não ponham em cheque a extensa rede de poder que os captura. Ao movimento caótico da turba de corpos vem acoplar-se todo um sistema de vigilância contínua e minuciosa, um olhar *panóptico*<sup>3</sup> (FOUCAULT, 1996; 2002) que vigia, pune e disciplina os corpos. Para

---

<sup>3</sup> Modelo arquitetônico disciplinar desenvolvido pelo arquiteto e filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Tratava-se de um espaço recortado, imóvel e fixado, lócus no qual a inspeção

atender essa necessidade surgem discursos especializados sobre o corpo, como a Educação Física<sup>4</sup>, que passam a ser alvo de atenção de uma política estatal mais ampla.

## 1.2 A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS ESPECIALIZADOS SOBRE O CORPO

A medicina ocupa um lugar privilegiado nesse projeto da nova ordem, certificando-se enquanto saber oficial sobre os corpos dos indivíduos e do corpo-social. Nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as grandes metrópoles são assoladas pelas iniciativas da medicina higiênica e seus grandes planos de intervenção sanitária, intentando "esterilizar" todo o corpo social de possíveis elementos nocivos à saúde pública (COSTA, 1983; RAGO, 1985). Nocividade que está associada a grande urbanização e crescimento da Europa, desacompanhada de um desenvolvimento no sentido de oferecer medidas sanitárias como esgoto, limpeza das ruas, que seria indispensável para manter a população protegida de doenças.

A Higiene, neste contexto, tem seu lugar de destaque, implicando profundas transformações nos costumes dos indivíduos, projetando conjuntos de dispositivos orientados para manutenção do "bom" funcionamento orgânico. Estratégias que previnem doenças ou pequenos e grandes gestos que asseguram uma "vida saudável e longa" as populações. Carmen Lúcia Soares (2008, p.18), afirma que "a Higiene certamente, teve como fim tomar para si o dever e o poder de preservar o corpo".

Uma pedagogia higiênica implica diretamente na reflexão acerca da emergência das preocupações no que diz respeito à melhoria da saúde, as transformações morfológicas, o aumento das *performances* e suas respectivas comparações. Implica também a compreensão da extensão dos poderes e conhecimentos gerados pela higiene e sua estreita relação com a educação do corpo e dos dispositivos postos em movimento: a topografia

---

e a vigilância são constantes em todos os seus pontos. Tudo com o objetivo central de realizar a disciplinarização e a docilização dos corpos. Poderia ser aplicado a todas as típicas instituições da sociedade disciplinar como a escola, a prisão, a fábrica e o hospital. Mais detalhes sobre esse modelo disciplinar conferir Michel Foucault (2002, p.162-187).

<sup>4</sup> Dentro deste contexto, a Educação Física, primeiramente através da alcunha Ginástica, integra o surgimento e a construção da nova sociedade moderna, reportando para a área, as disciplinas de anatomia, fisiologia, biologia. Protagonizará a idéia de um corpo saudável, realizando uma assepsia social, moralizando os hábitos dos indivíduos, "melhorando e regenerando" a raça. Expressará a visão biológica e natural da sociedade. (SOARES, 2001, p.14).

dos espaços, a didática, a administração das instituições, a construção dos discursos científicos acerca das fisiologias, a taxionomia dos exercícios e sua utilidade. (SOARES, 2008, p. 20)<sup>5</sup>.

A Higiene se transforma pela ação médica em um conjunto de conhecimentos e práticas que tem a pretensão de justificar todas as grandes transformações das cidades como uma questão de saúde. (COSTA, 1983; RAGO, 1985). Esse é um momento em que os médicos higienistas apresentam propostas executáveis de reforma social, suas ações são estendidas e assumem cargos que interferem na vida administrativa do país. A higiene transforma-se também em geografia, demografia, ciências sociais, topografia, integrando a lógica estatística e tornando-se um amplo instrumento de planejamento urbano. (COSTA, 1983, SOARES, 2008).

Dentro do discurso médico higienista a Educação Física será peça fundamental para educação do corpo, pois contribui significativamente na definição dos hábitos cotidianos dos indivíduos, eliminando suas fraquezas orgânicas e os tornando saudáveis, fortes e belos. A Educação Física estará diretamente associada à saúde, com um discurso unicamente científico, influenciado pela medicina, e intervindo no estilo de vida dos indivíduos.

Forma-se no século XIX, de um modo mais preciso que em outros momentos da história do homem ocidental, uma pedagogia do gesto e da vontade, configurando-se, assim, uma 'educação do corpo', já reconhecida como importante. (SOARES, 2002, p.17).

Os termos da racionalização entendida como necessária, face aos valores do desenvolvimento e do progresso, indicam a verticalização dos corpos, a higienização dos hábitos públicos e privados, a normalização dos comportamentos, ou seja, surge no século XIX, toda uma pedagogia corporal. (HASSE, 2002, p. 14). Havia uma grande ênfase em princípios como a necessidade de utilidade das ações e dos gestos, ordem lógica nas atividades, adequado aproveitamento do tempo e economia de gasto de energia. Para George Vigarello (1978, p. 9) os corpos que se desviam dos padrões de uma normalidade utilitária não interessam. A educação deve privilegiar a retidão corporal, que mantenha os corpos aprumados, retos ou que

---

<sup>5</sup> Tradução livre.

os conservem em certa verticalidade. Neste sentido, é posto como anormal aquele que representa uma diferença significativa em relação à maioria<sup>6</sup>.

É neste momento que se desejava construir um corpo sem excessos. Materialidade detentora de gestos úteis. *Locus* no qual não haveria espaço para as práticas corporais de entretenimento, como o circo, que agora era atacado e descaracterizado pelos homens de ciência, que afirmavam que a arte circense em seus gestos apresentava total ausência de utilidade e ordem, contrapondo o pensamento burguês, onde qualquer atividade deveria ser pensada, explicada e sistematizada pelo aparato científico. (SOARES, 2001).

Integrado a este cenário científico e higiênico, se fez presente também a eugenia, ciência que estudava e dava destaque especial à raça, à hereditariedade e à genética. Seus defensores afirmavam que as relações existentes entre a “naturalidade” das desigualdades sociais, ou seja, que as características hereditárias e biológicas dos indivíduos influenciavam diretamente em sua superioridade ou inferioridade na sociedade. Vários autores entre eles Marques (1994), Mendes e Nóbrega (2008) e Soares (2001) indicam que as teorias da evolução e seleção natural de Darwin exerceram grande influência na construção do aparato teórico eugenista.

Vencendo a ‘competição’ da vida nesta ‘seleção natural’, os ‘mais aptos’ irão melhorar a raça que, geneticamente, irá se depurando e... teorias científicas que comprovassem a idéia do ‘melhoramento’ da raça foram sendo desenvolvidas. (SOARES, 2001, p.18).

A Ginástica construída e sistematizada nesse período também esteve marcada por esta mentalidade. Distingue-se por seu cunho disciplinador, metódico e ordenativo. O seu reconhecimento pelo meio intelectual é fator decisivo para a aceitação da burguesia que a deseja internalizada pela população como representante de preceitos e normas de bem viver. Carmen Lúcia Soares (2002, p. 19) afirma que surgem inúmeras tentativas de estender suas práticas ao conjunto da população urbana cada vez mais numerosa. Havia uma vantagem na aplicação da

---

<sup>6</sup> Nesse viés nomeia-se de anormal aquele cuja diferença em relação à maioria seja perceptível. Tal contraste passa a ser considerado um desvio, algo indesejável. Além disso, a norma é saturante, fazendo de todos um caso médico: o normal e o anormal. Nesse sentido, o anômalo também está abrigado na norma, ainda que seja tomado como um oposto ao normal e por isso torna-se um sujeito passível a um tratamento e a um posterior processo de cura. (VEIGA NETO, 2004).

Ginástica que era a suposta aquisição e preservação da saúde, compreendida já como responsabilidade individual, que podia ocorrer como decorrência de sua prática sistemática. A Ginástica reformularia seus preceitos a partir de uma mentalidade científica, da técnica e das condições políticas da Europa no século XIX.

A Educação Física no decorrer do século XIX desenvolve uma série de sistematizações científicas. Surgem então os métodos ginásticos, entre eles o francês de Francisco Amoros, o alemão de John Guths Muths, a ginástica sueca de Per Henrique Ling entre outros<sup>7</sup>. Todos eles eram orientados pelos princípios anatomo-fisiológicos, com uma prática racional e metódica e com objetivos claramente diferentes para homens e mulheres. A Ginástica passa a ter papel científico, desempenhando importantes funções na sociedade urbana e industrial através de correções posturais, mostrando suas relações com a medicina.

A ciência prescreveria, indicaria e ditaria o modo de realizar as tarefas do cotidiano, no ambiente de trabalho e a forma de viver das pessoas. A Ginástica conquista seu lugar e declarar-se-ia como instrumento mais adequado de treinamento do corpo e almejo da transformação dos indivíduos.

Esta atividade humana (ginástica) expressou, na primeira metade do século XIX, a visão mecânica predominante, então, nos meios científicos. O corpo devia ser moldado, inclusive pelo uso de tipos especiais de aparelhos que se destinavam a corrigir e melhorar posturas consideradas inadequadas do ponto de vista médico, ortopédico e estético. (SOARES, 2002, p.29).

Os exercícios físicos, antigos e largamente aplicados, muito acessíveis, são, na verdade, considerados nas muitas prescrições higiênicas, como orientador na educação do corpo em diferentes espaços sociais ao longo do século XIX, tendo como primeiro objetivo preservar as forças físicas e psíquicas, o vigor do corpo, e sobre tudo prevenir as pequenas e grandes doenças<sup>8</sup> (SOARES, 2008, p. 19).

Pode-se afirmar que o pensamento médico higienista elegeu a família como lugar privilegiado de intervenção e na absorção destes discursos.

Dentro da família o papel de transmitir e disseminar os valores e as práticas de higiene, delimitado pela sociedade, era da mulher. Como afirma Jurandir Freire Costa (1983) a mulher passa a ser preparada para a vida familiar e para o

---

<sup>7</sup> Quer-se deixar claro que o objetivo do presente trabalho não é fazer uma análise das principais correntes de Ginásticas formuladas nesse período. O intuito é estabelecer que suas formulações foram essencialmente influenciadas pela ciência considerando que os métodos são divergentes entre si.

<sup>8</sup> Tradução Livre.

casamento. As poucas carreiras profissionais a que ela se abrem nada mais são do que um prolongamento de suas atividades domésticas. E essas características começam a ser “provadas” cientificamente, indicando que as diferenças entre homens e mulheres, e os seus papéis na sociedade eram absolutamente “naturais”.

O século XIX e o início do XX na Europa foram fundamentais e de grande influência para as bases científicas da Educação Física no ocidente e conseqüentemente no território brasileiro.

Regenerar a raça e promover a saúde em uma sociedade marcada pelo alto índice de mortalidade e de doenças, sem contudo alterar as condições de vida e de trabalho. Em outro plano, as finalidades completavam-se pelo desejo de desenvolver a vontade, a coragem, a força, a energia de viver para servir à pátria nas guerras e na indústria. Mas a finalidade maior foi, sobretudo, moralizar os indivíduos e a sociedade, intervindo radicalmente em modos de ser e viver. (SOARES, 2002, p. 20).

Para Mendes e Nóbrega (2008, p. 211) compreende-se que as bases da Educação Física brasileira começam a ser construídas em um período no qual se busca a afirmação da ciência em meio à luta contra as epidemias que assolavam o país e traziam prejuízos à raça e à economia da nação. O desejo de produção de teorias próprias e de não limitar-se à repetição do que vinha do exterior era expresso. Num contexto de afirmação das idéias positivistas de Augusto Comte, que influenciaram a origem da República no Brasil divulgava-se a promessa de que a ciência traria “ordem e progresso” ao país. O desenvolvimento ocorreria pelo aumento do conhecimento e do controle científico da sociedade.

O modelo de racionalidade técnica, ao influenciar as ciências médicas, também contribuiu com a construção das bases da Educação Física brasileira e da compreensão do corpo humano. (MENDES E NÓBREGA, 2008, p. 212).

Em suas investigações no periódico *Brazil-Medico*, publicado no período de 1887-1923, Mendes e Nóbrega (2008, p. 213) afirmam que os médicos publicavam matérias, onde declaravam que os corpos que não se submetiam a hábitos higiênicos eram considerados primitivos, incultos, retrógrados, apresentando defeitos e imperfeições orgânicas, sendo débeis e tarados. Nota-se que há uma forte presença dos fundamentos higienistas nas argumentações dos especialistas, que

desejavam uma grande reforma na educação dos corpos no país. Os médicos que publicavam artigos no *Brazil-Medico* buscavam um corpo padronizado, civilizado, culto, ordenado, equilibrado, sem excessos, saneado, aperfeiçoado, regenerado, disciplinado e sem defeitos. Um físico baseado na melhor raça, ou seja, naquela considerada superior, cujo modelo era o europeu. A confiança no progresso e modernidade influenciava o conceito de saúde e descobertas recentes que deveriam curar os males e desenvolver o país, e elaborado com base em normas médicas e biológicas que se materializa na Educação Física no Brasil.

O eugenismo se encontra muito presente nas formulações teóricas da época e nos projetos nacionalistas, Fernando de Azevedo (1920, p. 22, *apud* MENDES E NÓBREGA, 2008, p. 215) argumenta que:

O exercício – esta maravilhosa acção mecânica, é que corrige e modela a estrutura humana. Quando, pois, persistindo a causa durante varias gerações, a herança fixa definitivamente os caracteres adquiridos, as modificações anatômicas assim produzidas tornam-se permanentes e chegam á constituição de espécies novas, de maneira que uma adaptação a uma função útil póde definitivamente fixar-se sob fôrma de um caracter ethnico, assim como a atrophia de certos órgãos póde chegar ao desaparecimento ethnico.

No entendimento de Carmen Lúcia Soares (2008, p. 23), uma prática regular de exercícios físicos, e a inserção de práticas recreativas nas exigências de saúde no Brasil, desenvolvida em instituições escolares, parques públicos e privados, clubes e associações de bairro, foi amplamente marcada pelo pensamento médico higienista e pelos ideais eugênicos. A regeneração da raça, assim como seu branqueamento (já que a forte miscigenação era considerada fator de atraso por correntes que tornaram-se hegemônicas neste pensamento) são temas recorrentes de debate entre intelectuais brasileiros que, motivados por múltiplos interesses e influenciados por correntes de pensamento predominantes no mundo europeu, fundam, nas primeiras décadas do século XX, agremiações científicas, marcadamente políticas, cujo interior são abordados esses temas.

Um país dos trópicos, povoado de mestiços, não teria esperanças de progresso, essa era a tônica dos discursos dessas agremiações, construídas muitas vezes por doutrinas deterministas como, por exemplo, as teorias raciais e suas múltiplas leituras. A constituição do povo brasileiro era a idéia recorrente; a educação e a higiene eram os meios privilegiados,

sendo a melhora da raça um dos muitos resultados esperados. (SOARES, 2008, p.25)

Desse modo, a Educação Física poderia colaborar para a transformação social tão almejada na época, ou seja, poderia ser um elemento extremamente importante para a regeneração da raça brasileira. Ferramenta importante para moldar homens e mulheres e alcançar uma nação perfeita, bela, sem defeitos ou doenças. Curar os corpos fragilizados, doentes, dando-lhes mais vigor e energia para que possam enfrentar e exercer suas funções de modo mais adequado no mundo urbano, industrial e em profunda transformação que começa a afirmar-se no Brasil nesse período.

Para Silvana Vilodre Goellner (2003, p.16), o temor à degenerescência da raça e o robustecimento da força produtiva necessária ao desenvolvimento da economia nacional evocam um maior controle sobre o corpo, objetivando resguardar e canalizar suas energias. Alguns intelectuais, entre eles Fernando de Azevedo, se dedicaram a construir uma doutrina pedagógica para a Educação Física brasileira. De acordo com estudos de Silvana Vilodre Goellner e Alex Branco Fraga (2004, p. 71), este intelectual exigia da Educação Física uma ação científica, inserida dentro de um plano nacional de educação, que desenvolveria ao máximo a virilidade, as virtudes da raça e as aptidões hereditárias de cada indivíduo. Uma Educação Física que, pautada por um estatuto científico e ao mesmo tempo moral, estivesse articulada à medicina e às normas jurídicas em favor de uma nova ordenação dos corpos, constituindo, assim, uma consistente retórica corporal na qual estruturava sua proposta de “corpo-nação”. Os autores (as) também acrescentam que Fernando de Azevedo procurou construir uma doutrina pedagógica para a Educação Física brasileira condizente com o prestígio social dos métodos ginásticos europeus, mais especificamente com os pressupostos higienistas e eugenistas que os fundamentavam.

Há um compromisso com a divulgação da idéia de que a Educação Física é fundamental na formação da infância e da juventude e preparação de mulheres e de homens para o enfrentamento dos obstáculos inerentes à vida urbana. O Estado se empenha em concretizar várias ações no campo das práticas corporais e esportivas, identificando a Educação Física como espaços de intervenção na educação dos indivíduos (GOELLNER, 2003 p.17,19).

Uma nação poderosa, então, deveria ter algumas singularidades atribuídas à sua população. A Educação Física vai então “moldar” essas pessoas, alicerçada pelos princípios anatômicos, biológicos e fisiológicos principalmente, eleger características físicas e atributos muito distintos entre os sexos. Ela corrigirá e eliminará a fraqueza orgânica.

### 1.3 A MULHER E OS DISCURSOS ESPECIALIZADOS SOBRE O CORPO

No início do século XX no Brasil, bem como nas décadas seguintes, diversos intelectuais se dedicaram a relacionar benefícios físicos e morais da ginástica feminina para o engrandecimento da nação. Incorporar essa nova crença nas práticas cotidianas e enxergá-la no corpo das mulheres constituía uma forma duradoura para a constituição de uma nação poderosa. A mulher ganha funções específicas na colaboração do projeto de engrandecimento do país. Neste período há uma construção de determinadas representações do corpo feminino, fixando novos modos de ser mulher, mediado pela cultura e ciência. O corpo é construído dentro de discursividades, estas relacionadas à eugenia e higienismo principalmente, que conceberam novos conceitos de higiene, de saúde e de corpo em nome da vida da população.

Representações de masculinidades e feminilidades eram atribuídas a partir de uma visão biologizada do ser humano. Vários são os cuidados e as restrições impostas às práticas corporais, principalmente às mulheres, no sentido de preservar sua fertilidade e suas características femininas. As recomendações que englobavam a prática de exercícios físicos eram sempre direcionadas ao objetivo maior da mulher: a maternidade. Para Silvana Vilodre Goellner e Alex Branco Fraga (2004, p. 72) a exercitação era direcionada não apenas para o cuidado e preservação do corpo-saúde das “obreiras da vida”<sup>9</sup>, mas também do corpo-saúde da própria Nação. O futuro do país dependia de uma geração saudável, que era responsabilidade da mãe.

---

<sup>9</sup> Silvana Vilodre Goellner e Alex Fraga (2004) afirmam que Fernando de Azevedo fala das “obreiras da vida”, mulheres de seu tempo que, ao serem moldadas pela exercitação física, se aproximarão dos “genuínos exemplares da plastica hellenica” ou, como não se cansa de citar, das “nymphas e deusas”. Ao conferir às mulheres um papel social a se concretizar na condução de uma maternidade sadia, seus argumentos são construídos de forma a evidenciar a importância do exercício físico para a realização de tal intento. Exercitação direcionada não apenas para o cuidado e preservação do corpo-saúde das “obreiras da vida” mas também do corpo-saúde da própria Nação.

Ainda que intrinsecamente vinculado à natureza feminina, ao associar-se ao projeto modernizador nacionalista o exercício da maternidade ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria (FREIRE, 2008, p. 154).

Porém, ao mesmo tempo em que se recomendavam determinados exercícios físicos, outras práticas corporais eram restringidas. Segundo Silvana Vilodre Goellner e Alex Branco Fraga (2004, p. 75), Fernando de Azevedo em suas obras não cita qualquer exemplo de hipertrofia das formas femininas. E não é porque não existissem mulheres hipertrofiadas em “carne-e-osso”; mas sim porque os corpos femininos excessivos eram considerados uma aberração sem precedentes e significavam um sério risco aos propósitos de generalização dos exercícios físicos para as mulheres. Citá-los, mesmo que negativamente, poderia significar reconhecimento, talvez por isso seguiam “inomináveis” na obra de Fernando de Azevedo. Nessa perspectiva, cabe à Educação Física educar as mulheres para que as mesmas tenham um corpo forte, dentro dos limites ditados por sua “natureza”. Percebe-se então, que a valorização estava orientada a uma estética voltada para a harmonia das formas, a graciosidade, a doçura dos gestos, e a delicadeza do seu ser, que deveriam ser preservados pela prática de determinados exercícios físicos.

A conquista de um corpo saudável e belo passa a ser entendida como um objetivo individual a ser atingido por meio de um exercício intencional de autocontrole, envolvendo força de vontade, restrição e vigilância constantes. (ANDRADE, 2003, p. 124).

A Educação Física da mulher deveria ser, portanto, integral e higiênica. Deveria abranger trabalhos manuais, jogos infantis, ginástica educativa e esportes (exclusivamente os menos violentos e compatíveis com a delicadeza do organismo das mães, como a dança clássica ao ar livre, que ofereceria uma função educativa e regeneração plástica e a natação considerada um dos melhores exercícios respiratórios). Atividades que proporcionassem o desenvolvimento harmonioso dos músculos, elemento importante na luta contra o medo, combatendo e extirpando uma suposta “emotividade feminina”. (GOELLNER E FRAGA, 2004, p. 74).

Os limites prescritos em relação às exercícios físicos para um e outro sexo são baseados em proposições absolutamente naturalizadas e definitivas do que é

ser homem e do que é ser mulher. No entendimento de Silvana Vilodre Goellner e Alex Branco Fraga (2004, p. 77) não há pluralidade nestas representações e sim uma sucessão de estreitamentos que colocam os corpos femininos numa “trincheira de significados”.

A diferença anatômica do corpo feminino ganha evidência, contribuindo para a exaltação das desigualdades entre mulheres e homens. Fragilidade, delicadeza e submissão tornam-se atributos da natureza feminina, enquanto na masculina imperam a força, o vigor e a altivez. Feminilidade e maternidade, masculinidade e virilidade convertem-se em padrões reguladores, e o casamento, em garantia da constituição de uma prole robusta. (COSTA, 1983; RAGO, 1985).

A educação da mulher, concretizada também na e pela educação do seu corpo, em última instância deve direcionar-se para a preservação do universal masculino, visto que seu fortalecimento orgânico se constituirá como o caminho obrigatório para a conquista do ‘homem novo’ (GOELLNER, 2004, p.75).

Fica evidente, que neste momento da história, a representação e a valorização do corpo biológico, da anatomia, e da ciência foram tomadas como elementos que vinham a justificar a diferenciação entre os sexos, sendo representado dentro do contexto social, nas relações políticas e no universo cultural que os abrangiam. Como conseqüências desta visão naturalizada do corpo, mulheres que praticavam exercícios físicos em demasia, fora das normas e objetivos específicos, eram questionadas quanto à legitimidade de sua feminilidade, em conseqüência da sua aproximação a atributos, habilidades, atitudes, formas corporais e comportamentos estipulados como que naturalmente masculinos. Para Silvana Vilodre Goellner e Alex Branco Fraga (2004, p. 76) a exercitação exagerada contribuiu para o que se identificou como “processo de masculinização da mulher”. Neste sentido acaba-se por estigmatizar aquelas que ultrapassam os limites que convencionalmente lhe foram impostos. Assim, uma mulher que não corresponde ao padrão do corpo feminino ideal não é considerada como tal.

Num tempo de significativas mudanças sociais, econômicas e culturais na sociedade brasileira, visões diversas e também semelhantes canalizam um modo específico de se ver os corpos. Pontos de vista construídos a partir das convenções morais, sociais, culturais e econômicas produziram representações do que é ser

homem e mulher. Para a mulher moderna, distintas recomendações são prescritas tanto no incentivo quanto à limitação no que diz respeito às atitudes em relação à forma de cuidar do corpo. Questões que também interferem nos comportamentos, nas relações sociais e na forma de se vestir. As mulheres poderiam ousar, no entanto não deveriam esquecer suas características femininas. Nem os deveres designados ao seu papel, de educar os filhos e cuidar do lar, mantendo o núcleo familiar para não abalar a ordem social e o desenvolvimento da nação, ou seja, “não romper com determinadas regras sociais e sexuais tomadas como naturais e, por esse motivo, ameaçar a recém criada família nuclear urbana”. (COSTA, 1983). Sendo assim a representação construída desta “nova mulher” traz poucas possibilidades de construção de um efetivo projeto de emancipação feminina na medida em que, suas “conquistas” devem estar ajustadas aos seus deveres (GOELLNER, 2003, p. 24).

Para Maria Martha de Luna Freire (2008, p. 155), a identidade de mãe moderna como novo papel social feminino inseria-se no conjunto mais amplo de propostas de reorganização da sociedade brasileira, formuladas pelos reformadores republicanos visando alcançar a “ordem e o progresso” e a viabilidade da nação. No entendimento de Sandra dos Santos Andrade (2003, p. 128) o discurso eugênico, do qual se valiam alguns médicos higienistas, entendia que mulheres mais saudáveis e ativas teriam filhos geneticamente melhores e superiores, o que tornaria possível uma purificação da raça, caracterizando o caráter eminentemente político desse discurso.

Retoma-se aqui o papel central da maternidade que é destacada por diferentes meios, apresentando-se como uma predestinação de toda a mulher. Não há referências a famílias constituídas de outra forma que não de casal heterossexual com seus filhos. Fato que sugere que todas as mulheres seriam ou viriam a ser mães, afirmando o modelo de heterossexualidade feminina e do perigo da virilização.

Dentro desta função social relacionada à maternidade diversos discursos especializados sobre o corpo são acionados. Nesse sentido, novas possibilidades de inserção na vida pública se apresentam as mulheres, embora marcada por inúmeros limites discursivos. No elenco das novas necessidades sociais modernas, está o esporte, no qual às mulheres já estavam inseridas e de acordo com Silvana Goellner (2003, p.26):

Não se eximem de ampliar e diversificar sua participação em competições, apesar de constituírem um número bem menor em comparação com os homens. Turfe, remo, natação, saltos ornamentais, esgrima, tênis, atletismo, arco e flecha, voleibol, basquetebol, ginástica e ciclismo são algumas das modalidades que inicialmente, registram o maior número de atletas.

O novo padrão de corpo, que se foi configurando e afirmando como verdadeiro na modernidade intensificou a participação das mulheres na prática de esportes, uma situação paradoxal no sentido de que as mesmas iam não só em busca de um corpo em forma e mais saudável apto para procriação, heterossexual e não viril, mas também, em busca de novos espaços de convivência e de sociabilidade.

Entretanto, o ingresso da mulher no universo esportivo representa um avanço dentro de várias fronteiras, é como se elas pudessem praticá-los contanto que, respeitassem às restrições preconizadas principalmente por médicos. Estes impedimentos serão justificados unicamente pelo aparato científico, relacionando com sua natureza biológica, pela anatomia principalmente, diferenciando quais modalidades eram permitidas ou não. A prática de esportes, ou a vida social que as mulheres requeriam poderia desviar sua conduta familiar, no que condiz com a atenção a família, que comprometeria a “ordem e o progresso” nacional. Então era primordial para os intelectuais estabelecer muitos limites a essa possível ameaça.

Ao mesmo tempo em que a preocupação em torno da capacidade reprodutiva da mulher persistia uma outra inquietação invadia o cotidiano feminino. Aquilo que a sociedade da época tomava como feiúra começava a ser visto como um mal que podia ser reparado à custa dos mais variados tratamentos. “A partir disso, demarcava-se, em oposição à feiúra, o que era belo, a boa aparência e a boa forma tornavam-se leis” (ANDRADE, 2003, p. 133).

A relação existente entre exercícios físicos e beleza é imperativa, a ciência, a medicina através dos discursos, prescrições e dicas fomentam a constituição de certo modo de ser feminino. Faz com que a beleza seja não somente uma possibilidade, mas também um dever de toda mulher. Os exercícios e dicas são geralmente recomendados por especialistas ou “estudiosos do assunto” e as informações de beleza procuram apresentar, em grande parte, fundamentação científica oriunda principalmente do saber médico.

Para Silvana Goellner (2003, p. 32), ao divulgar a cultura física para o público feminino, grande parte das publicações considera que a beleza não é um atributo natural das mulheres, mas fruto de uma condição que se viabiliza mediante esforço individual, e acrescenta que:

Responsabilizada pela sua aparência física, a mulher é instigada a participar do universo das práticas corporais empenhando esforços não só para beneficiar seu estado de saúde como também para ser reconhecida e aprovada pelo olhar masculino, um olhar que a submete ao imperativo da sedução, isto é, a um discurso cuja sustentação fundamenta-se na associação da aparência feminina como sinônimo de beleza física e jovialidade (2003, p. 34).

De acordo com Sandra dos Santos Andrade (2003, p. 132), era criticada a mulher que não demonstrasse controle sobre seu corpo: excessos na alimentação, preguiça para as práticas corporais, desleixo e falta de cuidados consigo mesma. O descontrole e a falta de cuidado das mulheres com seu corpo poderiam acarretar fraqueza e doenças. O que também atrapalharia o “santo” destino de ser mãe.

Sendo assim são diversas as prescrições de exercícios para a manutenção da saúde e para a solução das imperfeições corporais. No artigo de Beatriz Albino e Alexandre Fernandes Vaz (2005), “mulher, como deve ser: um estudo sobre a educação do corpo feminino no jornal dia e noite (1940-1941)”, afirmam que no jornal há indicações de atividades como subir e descer escadas para o fortalecimento das pernas ou ainda a “ginástica da mulher preguiçosa”, realizada na cama ao despertar a fim de melhorar a circulação sanguínea. Os exercícios sugeridos possuíam como duas características importantes o fato de em grande parte poderem ser realizados em espaço privado e terem caráter de saúde preventiva e estético. O que é notável nas prescrições de beleza que afirmam que para a correção de um “defeito” o melhor remédio é a cultura física.

As mulheres, como elementos importantes na constituição do projeto de nação, são alvos de intervenções políticas, sofrendo o controle do corpo por meio de prescrições e aconselhamentos de um dever ser feminino e este corpo, por sua vez, parece ser uma categoria central para a compreensão do que seja o ser mulher no início dos anos 1940.

O corpo é o *local* onde muitas lutas em busca de significados, inscritos em torno do social e do cultural, se concentram, se desdobram e se fazem re-

apresentadas. Ele é produzido como um elemento discursivo de múltiplas instâncias econômicas, sociais e culturais, como por exemplo, da mídia e medicina. Produzido deste modo, o corpo incorpora e torna visíveis modos de ser e de viver no mundo, no qual alguns grupos têm o poder de representar e dizer pelo outro; esses grupos exprimem verdades que se legitimam e se tornam hegemônicas, produzindo assim, sempre novos processos de significação que posicionam, de modos diferenciados, os sujeitos na ordem social. (ANDRADE, 2003, p.127).

Tais questões se materializam claramente num importante periódico da Educação Física brasileira analisado em suas edições na década de 1940. Mergulhada neste cenário explorado no capítulo, este periódico expressa e registra diferentes perspectivas da educação do corpo das mulheres. São estes pontos que serão explorados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2: A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### 2.1) SUA HISTÓRIA

Existe a necessidade de se compreender a palavra impressa não apenas como registro do que aconteceu, mas como parte constituinte do acontecimento, como uma força ativa na história que registra ao mesmo tempo em que se produz novas culturas, local em que se pode perceber a disputa entre o velho e o novo, em que bens culturais são produzidos, feitos veicular e apropriados. (SCHNEIDER E FERREIRA NETO, 2004, p.50).

A Revista Brasileira de Educação Física teve sua primeira edição no mês de Janeiro de 1944, com a justificativa de que a Educação Física vinha ganhando importância, principalmente pelas leis e decretos criados desde 1931. Entre estes pode-se destacar a prática obrigatória dos exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino secundário, a criação, pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), da Divisão de Educação Física (DEF) e a fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, que tinha como finalidade formar professores e técnicos capazes de orientar e dirigir a prática dessa atividade em diferentes ambientes. Assim a revista cita inúmeras portarias, circulares que tinham sido publicadas com o fim de favorecer a propaganda da Educação Física no país. Entretanto, suas páginas denunciavam a disparidade entre as leis e a realidade encontrada em todo o território nacional.

Formar uma consciência exata dos benéficos efeitos dos exercícios sobre o desenvolvimento harmonioso do organismo humano nem a convicção de sua necessidade absoluta para a formação integral do homem moderno, sem o que, aquelas leis, por mais sábias e justas que nos pareçam, encontrarão, grandes reações e dificilmente chegarão a ser cumpridas. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n.1, p. 2).

Para a revista, a formação desta convicção e a criação dessa consciência seria o ponto de partida para o encaminhamento do problema sobre a importância da Educação Física no país. Sua linha editorial tinha a visão que só um trabalho sistematizado, continuado e inflexível poderia extinguir a “animosidade, injustificável, mas sensível, contra as exigências resultantes da aplicação das leis que regulam a prática dos exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n.1, p.2).

A Revista Brasileira de Educação Física, acreditava ser a imprensa o melhor meio de conseguir o intento da propaganda da Educação Física, pois era considerado o veículo mais seguro de divulgação de idéias, de alcance mais geral e de efeitos mais duradouros. Fato que justifica sua existência como uma obra educativa, que não tinha a preocupação de lucros imediatos. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n.1, p.2).

De acordo com o capitão do exército João Barbosa Leite, primeiro diretor da revista e primeiro diretor do Departamento da Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, o periódico seria uma expressão da vontade do superintendente Cel. Luiz Carlos da Costa Neto. Representaria também um esforço no sentido de dar maior amplitude à cooperação educativa que existia entre o governo e algumas instituições particulares. Fato que colaborava na grande obra de revigoreamento físico, moral e intelectual da infância e juventude brasileira.

Pela difusão dos conhecimentos acumulados sobre a matéria de sua especialidade, pela propagação e defesa dos ideais modernos que inspiraram a estrutura educacional do nosso país, assim como pela divulgação esclarecida dos atos governamentais interessantes para os leitores. Colaboração, enfim, no sentido de proporcionar os debates mais amplos em torno dos assuntos controvertidos, à feição da índole e dos sentimentos democráticos de nossa gente. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n.1, p.3).

A proposta editorial era oferecer aos leitores notícias dos órgãos federais, estaduais e municipais. Além de informações referentes às escolas de Educação Física, textos de autores clássicos (estrangeiros ou nacionais), bem como colaborações distribuídas pelas seções filosófica, técnico-pedagógica, técnico-biológica, técnico-desportiva, administrativa, de consultas, complementada com a divulgação de curiosidades sobre Educação Física e indicação de bibliografia especializada. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n.1, p.2).

A revista acompanhava, com grande proximidade, as conquistas da Educação Física no país, principalmente no âmbito político. Tanto apoiava quanto criticava as ações do governo dentro da área. No seu exemplar nº 10, apresentou como grande conquista a aprovação do projeto de aperfeiçoamento físico do funcionário público, denominado "Plano", que abria espaço para o "reconhecimento do papel reservado à prática dos exercícios físicos na formação das sociedades modernas". Fato que compreendia na organização de um Departamento de Ginástica e Desportos, que

coordenava um programa de atividades, desde a ginástica e de desportos individuais e coletivos, que culminaram na instituição dos “Jogos dos Servidores Cíveis do Brasil” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n.10, p.1).

Com vistas a disciplinar e educar os corpos, a Educação Física brasileira, contribuiria para formar uma nova nação urbana e industrial, como podemos comprovar pelo trabalho de Carmen Lúcia Soares (2008). Segundo a autora desde as primeiras décadas do século XX, as cidades brasileiras, sintonizadas com teorias e correntes de pensamento desenvolvidas na Europa e Estados Unidos, são invadidas por um ideário de saúde que inclui a prática de exercícios físicos e esportes. Estas práticas, resultado de uma sofisticação e especialização de discursos, educam os corpos para um mundo urbano cada vez mais em ascensão no território brasileiro. (SOARES, 2008).

Pela luta que estava empenhada pela causa da Educação Física no Brasil, o periódico analisado, por vezes mostrava a sua grande insatisfação, com as perspectivas de grandes mudanças no Ministério da Educação e Saúde, e nas altas administrações dos estados. Fato que se deve principalmente por estes órgãos aprovarem leis que, na visão da revista, eram contra o que a área teria conquistado até então, como por exemplo, o “decreto lei que aboliu a obrigatoriedade da frequência às sessões de exercícios físicos como condição básica para admissão aos exames finais das disciplinas curriculares”. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946 n.24, p.1). Também fazia críticas contundentes aos interesses individuais dos políticos na área da Educação, e as impossibilidades de funcionários especializados, com conhecimentos de ordem técnica, científica e filosófica desempenhassem suas respectivas funções.

Neste viés, o diretor responsável da revista, Inezil Penna Marinho<sup>10</sup>, ex-chefe da Seção Técnico-Pedagógica da Divisão de Educação Física, do Ministério da

---

<sup>10</sup> Inezil Penna Marinho (1915-1987) trabalhou num dos mais importantes órgãos federais ligados à Educação Física brasileira, a Divisão de Educação Física (DEF) do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Saúde (MES). Entrou em 1939, como assistente técnico, passaria a assistente de ensino em 1940; em 1941 já era técnico de educação e chefe da Seção Pedagógica. Sua carreira na Divisão é anterior à sua formação na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), que ocorreu em 1941, instituição na qual se torna professor em 1949. Já tinha formação em Instrutor de Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército (1938) também diplomou-se em bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Nacional (1943), Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil (1941), Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (1958). Sua biografia impressiona pelo pioneirismo da sua obra, sem dúvida uma das maiores e mais múltiplas da área da Educação Física. Suas produções teóricas envolvem temas variados, entre eles a História da Educação Física, Recreação e

Educação e Saúde, em uma carta aberta ao Ministro da Educação e Saúde argumenta:

A Educação Física deixou de ser no Brasil, um problema técnico para se tornar uma questão política... não sacrifique o interesse de milhões de brasileiros, aos interesses subalternos de uma dezena de indivíduos... Pobre Brasil! Estás asfixiado pela política dos maus políticos! Em tuas terras a ciência e a técnica devem estar a serviço dos aduladores e da política administrativa! (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, n. 32, p. 1.).

Paralelamente a este panorama geral do periódico, pode-se estabelecer algumas fases por qual passa, ao longo de suas edições<sup>11</sup>.

A Revista Brasileira de Educação Física passa a sofrer uma crise no ano de 1946, principalmente devido ao fim do Governo Vargas e a conseqüente transição do regime ditatorial ao democrático. Como resultado desse fato, em abril do mesmo ano, a empresa “A Noite” responsável pela rodagem do periódico suspende a circulação da revista. Contudo, a equipe editorial resolve arcar com todas as responsabilidades que eram da empresa. Só que a partir desse momento a edição passou a ter de recursos econômicos mínimos, pouquíssimos anunciantes e um reduzido número de assinantes.

A situação somente melhora, após um ano de trabalho da equipe editorial, o que permitiu elevar o número de assinantes de 156 para mais de mil, estabelecendo com isso uma rede de representantes nacionais e internacionais. Aumentar o número de páginas de 32 para 44, dobrar a tiragem, melhorar a qualidade do papel e emprestar novas características à revista foram as principais medidas tomadas pela nova direção. Com mais de trezentos assinantes nos países estrangeiros, era considerado por Inezil Penna Marinho o periódico nacional de maior circulação fora do país. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n.38, p.1).

Cumprindo um arrojado programa de expansão, em maio de 1947, na edição nº 38, a revista lançaria a campanha dos 10.000 assinantes, que se estenderia por

---

Lazer, Filosofia, Poesia, Infância etc. (GOELLNER, 2005; MELO, 2008). Deste modo percebe-se a sua importância e influência dentro da Educação Física brasileira no período em questão.

<sup>11</sup> O ciclo de vida da Revista Brasileira de Educação Física pode ser estabelecido desde a primeira edição surgida em janeiro de 1944 (Ano I, n. 1, jan. 1944) e a última publicada em outubro/dezembro de 1952 (Ano IX, n. 82, out./dez. 1952). (FERREIRA NETO; SCHNEIDER; AROEIRA; BOSI; SANTOS, 2002).

todo território nacional e posteriormente pela América e Europa. Solicitavam a cada um de seus leitores e anunciantes cooperação, que fizessem propaganda da revista e transformassem os indivíduos em novos assinantes, justificando que “na convicção de que estará colaborando não apenas no êxito de uma campanha, mas para a vitória de uma causa verdadeiramente nacional” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n.38, p.1).

A partir do exemplar nº 39, o periódico seria remetido a todos os deputados e senadores da república, bem como os vereadores do Distrito Federal. O intuito era que ao recebessem os exemplares, as autoridades acabariam concordando com as maiores necessidades da população: educação e saúde. Conforme aponta Carmen Lúcia Soares (2001; 2008), a Educação Física seria o veículo que atenderia simultaneamente a essa dupla necessidade. Promover a saúde e a educação, regenerar a raça, impor a ordem e a disciplina são ações traduzidas como novas “verdades”. “Verdades” disseminadas em prol da “ordem e do progresso” da nação e do desenvolvimento apoiados nos padrões da modernidade.

O objetivo central era o de criar um ambiente favorável a Educação Física, principalmente entre as esferas que mais a poderiam beneficiar: o poder legislativo. Segundo a revista, forneceria a Educação Física brasileira os elementos básicos para veicular os conhecimentos mais “modernos”, para esclarecer as técnicas mais indicadas, ou seja, para dotar os representantes do povo, do equipamento que lhes possibilitasse refletir sobre o assunto. Assim, a partir de novembro de 1947, é iniciada a campanha para a propaganda da Educação Física no Brasil, na qual é ampliada a distribuição a todos os Ministros de Estado, Governadores, Secretários de Educação, Diretores de Departamentos de Educação, Membros do Conselho Nacionais e Estaduais de Educação, Reitores de Universidades e os Diretores de Repartições do Ministério da Educação e Saúde (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n.44, p.1).

Havia uma presença muito forte de um discurso de cunho nacionalista, promovendo a Educação Física como grande mola propulsora para desenvolver a nação. Muitas vezes eram dados exemplos de que as grandes potências seriam aquelas que mais dispensaram atenção à Educação Física.

Em suma, até 1948, a Revista Brasileira de Educação Física tinha vivenciado três fases principais. O seu primeiro número, em edição de 2.000 exemplares, surgiu em janeiro de 1944, com 64 páginas e no mês seguinte os seus assinantes se

elevaram a 300. A segunda fase está caracterizada pelo desvinculamento com a empresa “A Noite” e nova direção, com tiragem de 1.000 exemplares, 32 páginas e 156 assinantes. A terceira fase, se recuperando da crise, se encontrava com tiragem de 5.200 exemplares, 60 páginas e mais de 2.000 assinantes, nesta fase a revista passa a interessar também ao grande público, ou seja, aqueles que não estão diretamente ligados à Educação Física, veiculando matérias reclamadas pelos seus leitores. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n.46, p.1).

A sua circulação não se limitava ao Brasil, mas se estendia aos demais países da América Latina, aos Estados Unidos, Portugal e África oriental. Havia seções mantidas em língua espanhola, com a colaboração de diferentes países o que dava à revista um caráter pan-americano.

Era também um órgão oficial de pronunciamento de várias instituições ligadas à Educação Física, entre elas o Comitê Nacional do Instituto Pan-americano de Educação Física, Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física, Associação de Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais.

Em 1950, a revista encontrava-se com sua situação financeira e econômica consolidada. Dentro da sua política pela causa da Educação Física, ampliava-se à elaboração de cursos de aperfeiçoamento sobre Educação Física e Técnica Desportiva, o estreitamento com campanhas educacionais e órgãos vinculados ao Ministério da Educação e Saúde. A revista apresentava um excelente panorama esportivo da década de 40 no Brasil e dos temas que animavam as discussões sobre os conteúdos a serem tratados pela Educação Física e o lugar dessa disciplina no cenário educacional.

Dentro do contexto histórico analisado neste estudo, nota-se que a Revista Brasileira de Educação Física exerceu forte papel como ferramenta para o desenvolvimento e disseminação dos saberes e principais questões que abrangiam a Educação Física, denominando-a como um dos pilares para o progresso da nação. Tinha como premissa, em várias de suas edições, a melhora do panorama educacional e sanitário da população, criando assim um conceito próprio de nacionalidade inspirados nos países desenvolvidos. Nesse cenário, representou os desejos e obstáculos com que se deparava a Educação Física no Brasil.

Para os propósitos que se pretende o trabalho agora irá analisar como foi disposta a questão da infância na Revista Brasileira de Educação Física.

## 2.2 A INFÂNCIA

O destino dos povos está, pois, intimamente ligado ao das suas gerações moças. As nações fortes começam a sê-lo no berço em que lhes desabrocha a infância. O culto à criança é sinal certo da superioridade de uma civilização. (Berilo Neves<sup>12</sup> - REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 31).

Um ponto relevante chamou a atenção na revista a partir do ano de 1947. Um tema passou a ser recorrente em quase todas as suas edições. O periódico pronunciava diferentes formas de discursos relacionados à educação da infância. Salientava a grande necessidade de assistência no que dizia respeito à educação e saúde, que seria a ponte para uma nação desenvolvida, equiparando aos países estrangeiros, que eram considerados referência de uma sociedade a se alcançar. Era preciso estimular, desenvolver e aprimorar os potenciais das crianças para determinar o “futuro” do Brasil, colocá-las a serviço da economia e da defesa da nação, de um país inserido nos trilhos da modernidade e do progresso.

Em meados do ano de 1947, a revista lança uma campanha sob a legenda “Da criança de hoje depende o Brasil de amanhã”, enfatizando a urgência de se criar um grande sistema de amparo à infância no país. A partir daí, quase todas as edições, traziam nas capas imagens de crianças, com o intuito de:

[...] alertar o congresso nacional e as Assembléias Legislativas Estaduais para o problema da maior relevância e de cuja solução depende, antes de tudo, o futuro das nossas instituições sociais, o futuro do Brasil como país político e economicamente independente. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n.54, p.1).

Mediante esse fato, o diretor responsável da revista, o professor Inezil Penna Marinho declarava que:

---

<sup>12</sup> Berilo Neves (1901-1974) foi um contista, crítico literário, escritor ficcionista e jornalista natural do Piauí, radicado no Rio de Janeiro, escrevia no Jornal do Commercio. Em seus livros havia um destaque especial a mulher brasileira, a carioca em especial, pois o Rio de Janeiro era o *locus* preferencial de sua ficção. Seus contos não se cansavam de atacar a mulher como ao mesmo tempo fútil e brutal na defesa dos seus interesses. As feministas eram satirizadas como machonas ou solteironas que abandonavam os seus ideais diante do primeiro bom partido que aparecesse, e ele adorava declarar a principal função social da mulher (biológica; reprodutiva). Destaque especial para as obras “A Tragédia das Solteironas” (1927), “Costela de Adão” (1929) e “A Mulher e o Diabo” (1931).

Dewey afirmou com grande acerto: *Dirigindo a atividade de seus membros mais novos e determinando-lhes, por esse modo, o futuro, a sociedade determina o seu próprio; uma vez que em dada época, mais tarde, esses jovens constituirão a sociedade de seu tempo, a natureza desta última dependerá, em grande escala, da direção dada anteriormente à atividade infantil.* (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n.54, p.1).

Dentro deste enfoque, a revista expunha em suas páginas, apoio e participação nos projetos destinados à infância. Como exemplo, pode citar o estudo para instalação de parques infantis e campos desportivos em todos os municípios do Brasil. (DALBEN E DAINALOF, 2009). De acordo o Professor de serviço de Educação Física da Prefeitura do Distrito Federal, Manoel Monteiro Soares, estas medidas tinham parceria com a Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física e partia do pressuposto da ausência de espaços públicos destinados a infância, locais que:

[...] por intermédio das atividades lúdicas, jogos e desportos, proporcionar uma ação educativa eficaz; contribuindo para o desenvolvimento do caráter, na aquisição de bons hábitos, atitudes e reações sadias [...] contribuir para educação higiênica e social das crianças, promover o nacionalismo, desenvolvendo o espírito de civismo. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n. 48, p. 26).

É possível identificar neste período um esforço brasileiro de fortalecer os corpos das crianças e de promover uma educação sintetizada numa pedagogia higiênica. A escola, por meio da Educação Física regular, poderia impulsionar estes novos hábitos higiênicos e fabricar o novo corpo, contribuindo para a aprendizagem do uso econômico das forças, para o aproveitamento pleno do tempo, acentuando os cuidados orientados para a manutenção da saúde e o prolongamento da vida. (SOARES, 2008, p. 21).

[...] equilíbrio morfo-fisiológico capaz de assegurar a saúde e, conseqüentemente, preservar as energias indispensáveis a um maior rendimento do trabalho, quando na idade adulta". (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n. 53, p.1).

Diante de todo este quadro, em várias edições da revista, há discussões dos conteúdos adequados a serem ministrados nas escolas, dos testes a serem feitos nas crianças antes de adentrarem para as aulas de Educação Física. Um momento

que marca a construção e solidificação de uma identidade da Educação Física escolar sob as bases do saber médico.

O sentimento de infância começou a ser reconhecido no Brasil desde meados do século XIX com a instituição médica, intensificando-se no início do século XX com projetos envolvendo a educação dos indivíduos. Criava-se uma teia de relações que se concentrava na nacionalização, modernização e reconstrução do país. (COSTA, 1983; RAGO, 1985; DANAILOF, 2005; DALBEN E DANAILOF, 2009).

Exclamações e metáforas sobre o Brasil de “amanhã” pululavam, nas páginas da Revista Brasileira de Educação Física<sup>13</sup>:

As crianças que amanhã poderão bem representar o povo brasileiro, um povo sadio, alegre e forte. Todos os esforços que dependermos, todos os recursos que empregarmos para preservar a nossa infância e assim, assegurar o nosso potencial humano, serão largamente compensados pelos resultados que, por certo, advirão. O lar, a escola e o Estado desempenham papel da maior relevância na formação da geração que se prepara para a vida social. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1950, n. 72, p. 31).

Segundo Heloisa Helena Pimenta Rocha (2001) e Kátia Danailof (2005), este sentimento de infância presente no período identificava-se com as imagens de “futuro” e “progresso”, idealizando um país capaz de atender as exigências da modernidade. A vida moderna, regida pelo ritmo das indústrias e dos automóveis, modificava constantemente o ambiente nos anos de 1930 e 1940 no Brasil.

Criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar enfim, a natureza infantil, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. (ROCHA, 2001, p.235).

Atrelada à infância, surge um papel primordial para que ela se complete: a maternidade.

---

<sup>13</sup> Matéria da Revista Brasileira de Educação Física não assinada, sendo responsabilidade da própria editoria da revista.

## 2.3 MATERNIDADE

Na revista há vários artigos relatando projetos de assistência à infância e da maternidade, como a criação de postos de puericultura, colônia de férias, construção de várias maternidades com aparelhagens modernas. O próprio periódico era responsável por alguns projetos assistenciais como<sup>14</sup>:

... elaboração de projetos de piscinas, ginásios, estádios, campos para educação física em estabelecimentos de ensino, parques infantis, colônia de férias, 'play-grounds' [...] oferecimento de material indispensável à educação física nos estabelecimentos de ensino secundário, industrial, comercial, normal ou nos parques infantis" (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n. 47, p. 59).

Somou-se nesse contexto a necessidade de relacionar a educação da infância e o papel das mulheres na sociedade, ou melhor, da figura da mãe. Seguindo tal perspectiva, Maria Martha de Luna Freire (2008) afirma que:

No Brasil esse fenômeno da maternidade apresentou dimensão singular, associada às especificidades do cenário econômico, político e social, em particular o projeto modernizador republicano, que depositava na conservação das crianças, entre outros elementos, esperança para a viabilidade da nação. Tal concepção fundamentou uma convergência identitária entre saúde, educação e nação, e uniu a intelectualidade urbana na elaboração de ampla proposta reformadora que tinha na higiene seu eixo central. (FREIRE, 2008, p.154).

Sintonizada com esta realidade a revista relatava a Campanha Nacional da Criança, que foi fundada por várias instituições particulares de proteção à infância, com o intuito de arrecadar fundos para amparar as instituições já existentes, melhorar suas instalações e equipamentos e posteriormente criar novas obras de proteção social em lugares onde não existisse amparo à maternidade e a infância. Percebe-se a incitação discursiva da revista em relação à importância dessas ações. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n.54, p. 19).

---

<sup>14</sup> Matéria da Revista Brasileira de Educação Física não assinada, sendo responsabilidade da própria editoria da revista.

Nessa linha argumentativa a historiadora Ana Paula Vosne Martins (2008, p.140), em seu artigo “Vamos criar seu filho: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX”, indica que:

A família e a criança passam a ser vistos como agentes políticos, promessas do futuro da nação e da raça. Desta forma, os médicos puericultores e higienistas propõem um tripé de medidas protetoras articuladas, a começar pelo papel dos especialistas, responsáveis pela produção do conhecimento sobre a infância e pela orientação das políticas de saúde e bem-estar. O Estado é o outro agente importante dessa configuração, responsável pela formulação de uma legislação protetora da criança, da mulher e da família, bem como pela implementação das políticas públicas. Por fim, o agente considerado mais importante e vital para que essas medidas protetoras tivessem eficácia é a mãe.

A historiadora ainda acrescenta que foi a partir dos meados dos anos 30, e particularmente após o ano de 1941, que se formulou uma política de saúde e assistência materno-infantil mais ampla centralizada e coordenada pelo governo federal e também o processo de transição do parto doméstico para o parto hospitalar, como consequência das políticas públicas e da pedagogia materna. (MARTINS, 2008, p. 146). Entre os agentes que participaram do processo sobre o papel da mulher quanto à função maternal:

[...] os médicos consolidaram seu papel por meio da enunciação de um discurso que condenava o exercício tradicional da maternidade, redefinindo-a em novas bases. Signo máximo da modernidade e ferramenta propulsora privilegiada no processo de transformação social em curso, a ciência foi acionada na conformação de um determinado modelo de maternidade, configurando-se, através da maternidade científica, um novo papel feminino: a mãe moderna. (FREIRE, 2008, p.154).

Articulada com todo o discurso médico a Revista Brasileira de Educação Física desempenhou um papel amplificador, compartilhando o caráter de modernidade do discurso maternal enunciado pelos médicos, configurando-se como veículo ideal para a difusão da reciclagem da função feminina: o de ser mãe. Entre os argumentos acionados para justificar a maternidade científica, se destaca o discurso médico da puericultura.

Maria Martha de Luna Freire (2008), ao estudar a imprensa periódica de um modo geral, argumenta que ao hábito de ler e consumir revistas, na virada do século XIX para o XX, era fundamental na construção desse ideal, pois:

Sendo veículo privilegiado para a expressão de opinião dos diversos grupos sociais, a revista assumiria o caráter de doutrinação, transformando-se no suporte ideal para a atividade política mais ampla, a difusão de ideários e propostas de mudanças de comportamento. (FREIRE, 2008, p. 157).

Os articulistas de vários periódicos nas primeiras décadas do século XX, amparados em discursos científicos, consideravam a recusa à maternidade como uma patologia, um pecado ou um crime a ser extirpado do seio da sociedade brasileira. Diante deste quadro de influência da racionalidade científica, a educação das mulheres para a maternidade se faz com base nesta premissa. Há um conflito entre as idéias antigas e populares com as novas e modernas. A futura mãe devia ser instruída para cumprir adequadamente a complexidade da função materna.

[...] ao mesmo tempo que havia unanimidade quanto à concepção da maternidade como função mais importante da mulher, os colaboradores das revistas concordavam quanto à sua complexidade, motivo pelo qual não poderia se sustentar apenas na presença do instinto natural. Ao adquirir dimensão de modernidade e ser progressivamente investido do caráter de prática científica e função pública, o exercício da maternidade passava a exigir a incorporação de novos conhecimentos. (FREIRE, 2008, p.159).

Começa-se, assim, a lenta e gradual tarefa de educar as mães, procurando transformá-las em aliadas dos médicos na luta contra os males que ameaçavam a vida das crianças. No entanto esta tarefa não foi fácil, não só no Brasil como em outros países, nos quais a inserção dos médicos foi, por muito tempo, restrita aos centros urbanos maiores e, mesmo nesses locais, essa inserção enfrentou resistências por parte das mães, no que diz respeito às práticas e aos saberes sobre a criação dos filhos. (MARTINS, 2008).

Segundo Ana Paula Vosne Martins (2008, p.142), um importante pediatra americano, Emmett Holt, em suas publicações, ensinava as mães a agirem como verdadeiras cientistas nos seus lares-laboratórios. Medindo, calculando, pesando, anotando dúvidas para serem dirimidas pelo médico, enfim, desdobrando cada ação em várias etapas. Munidas com balança, termômetro, recipientes graduados, colheres de medidas, tabelas de alimentos e de crescimento infantil, aprendendo não só a agir com método, mas a pensar como um cientista ou uma enfermeira, “o

que significava agir com calma e nunca perder a paciência”. (HULBERT *apud* MARTINS, 2008, p.142).

Como uma das soluções para a forma tradicional e considerada “atrasada” do exercício da maternidade, os médicos promoviam com um conjunto de técnicas científicas destinadas à criação dos filhos de forma a preservar sua saúde e garantir seu crescimento e desenvolvimento adequados: a puericultura.

Para Ana Paula Vosne Martins (2008, p. 137), a puericultura condiz com o início do processo de consolidação da autoridade do especialista em crianças e da relação que ele estabelece com a mãe. Uma relação que expressava não só a diferença entre o leigo e o especialista, mas também uma diferença de gênero.

A construção do texto de aconselhamento médico parte de alguns lugares marcados pelo gênero, contrapondo de um lado o médico, seu conhecimento e sua autoridade, e de outro a mãe, moldada pela natureza, mas sem conteúdo, ou seja, sem conhecimento, esperando pela condução do médico” (MARTINS, 2008, p. 137).

Baseados nas normas da higiene e em conhecimentos estritamente científicos, compartilhando dos ideais de regeneração da raça e eugenia, com o sentimento nacionalista, os médicos moldaram as mulheres para a maternidade. Mais que promover a saúde das crianças, os médicos higienistas contribuíram para a redefinição dos papéis femininos e a configuração de um novo papel social da mulher: a mãe moderna. (COSTA, 1983; RAGO, 1985; FREIRE, 2008; MARTINS, 2008).

Seguindo tal perspectiva, afirmações também preenchem as páginas da revista pesquisada: “dos cuidados básicos prestados a maternidade e infância, depende, precipuamente, a melhoria eugênica de um povo”. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1950, n. 71, p. 27).

Os preceitos científicos da higiene e os imperativos nacionalistas eram muito presentes nas colunas destinadas às noções de Puericultura da revista. Sobre a alta mortalidade infantil no Brasil, o médico Olinto de Oliveira do Departamento Nacional da Criança, comenta que:

Acontecem que muitas crianças morrem antes de nascer ou logo após o nascimento, por estarem fracas ou doentes, em consequência de fraqueza ou doença das mães. Outras poderão criar-se, mas ficando sempre fracas

ou adoentadas. Se as mães se tratarem em tempo, não acontecerá isso (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949, n. 60, p. 30).

Neste sentido, consideradas as responsáveis diretas pelo “bem” e pelo “mal” das crianças, as mulheres sofreram um processo de culpabilização pelas doenças e pela morte dos filhos, pois segundo os médicos, algumas eram teimosas, ignorantes e apegadas às práticas da medicina popular, fonte de abusos e de erros, segundo a interpretação da medicina clínica<sup>15</sup>. Cabiam aos médicos, apoiados pelo Estado e pela iniciativa privada, orientar as mães, conduzi-las pelo reto caminho da puericultura, disciplinando-as e fiscalizando as suas práticas. (MARTINS, 2008).

Um tema preferencial nos artigos sobre puericultura na Revista Brasileira de Educação Física se destacou, a alimentação infantil. Assunto que necessitava de uma orientação médica, para não cair nas práticas habituais e “inferiores” baseada numa medicina popular.

Em longas e complexas explicações, com linguagens técnicas, os médicos davam dicas e preceitos sobre o leite materno<sup>16</sup>.

A melhor maneira de criar uma criancinha é alimentá-la com o leite materno, pelo menos até seis meses. Não dê outro leite a uma criancinha de tenra idade sem ouvir o conselho do médico de sua confiança ou do posto de puericultura; o leite materno é mesmo bom para a criança. Não há vantagens, pois em mandar examiná-lo, pensando que ele seja fraco. Se a criança não desenvolve bem, talvez isto ocorra porque ela não mama bastante. Peça neste caso o conselho do seu médico. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA 1948, n. 57, p. 31).

Por vezes justificavam cientificamente sua superioridade<sup>17</sup>:

O leite humano, por exemplo, contém certos fermentos, como a amilase, que digere o amido, fermento que falta em outros leites. Além dos fermentos, cada leite contém anti-corpos próprios, imunisinas, isto é, substâncias fabricadas pelo organismo e que servem para defendê-los contra as doenças próprias da espécie. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1950, n. 77-78, p. 44).

<sup>15</sup> Gabriela dos Reis Sampaio (2001), no livro intitulado “Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial”, analisou esse embate entre as diferentes formas de medicina. De um lado uma medicina clínica de caráter científico e de outro uma medicina popular considerada inferior por não ter esse aporte baseado na ciência.

<sup>16, 15</sup> Matéria da Revista Brasileira de Educação Física não assinada, sendo responsabilidade da própria editoria da revista.

Segundo Maria Martha de Luna Freire (2008, p. 162), embora considerada atividade natural das mulheres, a amamentação foi elevada ao patamar de missão patriótica, submetida à racionalidade médica e explicada segundo os cânones da higiene. Jurandir Freire Costa (1983), salienta que foi só a partir do momento em que a vida da criança de elite passou a ter importância econômico-política, que o aleitamento materno veio a ter essa conotação, ganhando foros de problema nacional. De acordo com este autor o ato de não amamentar podia lesar os interesses político-populacionais, do futuro da nação e foi codificado no discurso higiênico, como infração às leis da natureza. E acrescenta que: “a mulher que não amamentasse isentava-se automaticamente, de uma ocupação indispensável à redefinição de seu lugar no universo disciplinar” (COSTA, 1983, p.258).

Havia uma sessão da revista denominada Puericultura, na qual se ensinava de forma “simples” e “fácil” as práticas relacionadas ao cuidado cotidiano das crianças, transformando ações simples como o banho, a troca de fraldas e a preparação do mingau e das mamadeiras, da conservação dos legumes, em tarefas complexas, variadas em movimentos e informações. Encontra-se nesta sessão dicas de pesar a criança semanalmente, exposição ao ar livre, ao sol, aparição dos primeiros dentes, vacinação, sono do bebê entre outros.

A alimentação regulada, a gravidez, a higiene do bebê, o lema da chupeta, das crianças gordas e o controle das emoções das mães eram assuntos muito recorrentes. O princípio fundamental era a disciplina, o rigor com os horários, a qualidade dos alimentos e as medidas seguiam estritamente o princípio da disciplina empregado em outros aspectos dos cuidados infantis.

Os especialistas ao renegar os leigos na criação dos filhos, afirmavam com grande ênfase que gordura não é saúde, um médico denominado Doutor Falcão afirmou nas páginas da revista que “pode parecer que é, mas não é, e a prova está no fato das crianças gordas serem mais doentes do que as magras. Os médicos que os digam”. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n.55, p.4). A crítica médica se dirigia as “mamães e vovós que querem crianças gordas. Que adoram as dobrinhas das pernas adiposas dos nenéns, que sentem felizes com o papo cheio e balofo dos bebês”. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n.55, p.4).

Os médicos determinavam os horários, a técnica para amamentar, para segurar o bebê, para preparar o seio e dá-lo ao bebê e os cuidados para evitar rachaduras<sup>18</sup>.

É aconselhável que a criança sugue um seio de cada vez, de 3 em 3 horas, seis vezes ao dia, deixando-se à sua vontade o tempo que ela quiser mamar, contanto que não passe de meia hora. Ela não deve mamar fora do horário nem durante a noite, salvo por indicação do médico. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, n. 57, p. 31).

As mães não deveriam tomar nenhuma decisão sem antes consultar um médico, pois somente ele podia tomar decisões com conhecimento científico sobre as condições de saúde da criança. A alimentação, os banhos, os cuidados gerais na infância adquirem novos significados, tornam-se “verdadeiros rituais higiênicos”. Um ato simples do cotidiano doméstico foi elevado ao *status* de atividade científica. (FREIRE, 2008).

A Revista Brasileira de Educação Física divulgava os concursos de robustez infantil com a intenção de incentivar as mães a amamentarem seus próprios filhos e seguirem os preceitos higiênicos no cuidado das crianças. De acordo com Ana Paula Vosne Martins (2008, p. 149) esses concursos certamente “estimulavam as mães para a competição, além de serem um meio bastante eficaz de propaganda da puericultura e dos produtos da indústria de alimentos e de higiene”.

Os médicos higienistas destacavam a relevância do papel da mulher para a “evolução” e “regeneração” da raça. Para isso elas teriam que usar os pressupostos científicos e atitudes modernas, rompendo com os costumes “atrasados”, preparando assim as crianças para o “futuro de nossa querida pátria, tu que és o repositório de nossas esperanças de um homem melhor para um país melhor” como afirma Inezil Penna Marinho. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, n. 33, p. 01).

Percebe-se em suas edições, que a revista fomentava a idéia de uma maternidade acrescentada de elementos que estavam além do biológico, como o patriotismo e a moral, que dava a função materna um caráter de modernidade e

---

<sup>18</sup> Matéria da Revista Brasileira de Educação Física não assinada, sendo responsabilidade da própria editoria da revista.

civilidade. É importante destacar que os médicos através dos ensinamentos da Puericultura, na Revista Brasileira de Educação Física (bem como em inúmeros outros dispositivos), buscavam educar as mães, afirmando que elas sabiam muito pouco a respeito de como criar os seus filhos, desqualificando as práticas tradicionais e outras que não fossem respaldadas pela ciência médica.

Se uma concepção liberal e científica da sociedade não podia mais admitir que as mulheres fossem consideradas inferiores aos homens, fazia-se necessário educá-las, não para estimular a competição entre os sexos, mas para que cada um pudesse desempenhar seus papéis de forma mais adequada aos tempos modernos. (MARTINS, 2008, p.137).

A valorização do papel materno difundido pelo saber médico procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua “vocação natural”. (RAGO, 1985, p. 79).

Foi neste contexto que se quis criar o papel da mulher como nova mãe moderna, dedicada, protetora, educada pelo conhecimento científico, perfeita e disciplinada, colaboradora do engrandecimento da nação.

Atrelada à infância, a maternidade influenciou diretamente a inserção das mulheres nas práticas corporais, destacando-se neste trabalho especialmente a prática esportiva.

## CAPÍTULO 3: A PRESENÇA FEMININA NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### 3.1 O PAPEL DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

As mães fortes são as que fazem os povos fortes. É de toda necessidade a educação física das meninas para desenvolver, o santuário da maternidade. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n.2, p. 41).<sup>19</sup>

A Revista Brasileira de Educação Física ao longo de suas edições, publicou vários artigos, matérias, e citações relacionando a mulher com sua principal e nobre missão, a maternidade. Era dos membros do sexo feminino que dependia a geração e a criação de filhos robustos que passariam a servir a nação, integrantes do “Brasil de amanhã”.

Os conteúdos das publicações produzem “verdades” acerca das qualidades e modos de ser das mulheres. As representações estavam relacionadas aos ideários do higienismo e eugenismo, incorporadas de um discurso de caráter nacionalista. Os preceitos higiênicos podiam, não só melhorar as condições individuais de saúde, como aperfeiçoar as novas gerações através de cuidados especiais ministrados às futuras mães e aos recém nascidos. Almejava-se o aumento do índice nacional de robustecimento humano, com o reconhecimento da realidade dos princípios eugênicos que deveriam ser propagados.

A beleza é exaltada como filha legítima da saúde, único meio no qual ela podia florescer. A obrigação de preservar o corpo, como frasco precioso onde se contém a essência do espírito, era igualmente helênico e moderno, pois há muitas comparações com os gregos, considerados supremos na arte de ser belo. Símbolo da modernidade, o direito de ser bela, exercitaria no ofício de aperfeiçoar, dia a dia, as qualidades de sua “natureza” (BERILO NEVES, REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, n. 31, p. 3).

Para ser bela, a mulher deveria apresentar não apenas um corpo considerado saudável, mas, também, um espírito são. Seguindo tal perspectiva, o cronista anti-feminista Berilo Neves afirmava que “o máximo instituto de beleza que há no mundo

---

<sup>19</sup> É interessante notar que esta citação de Thandiére na Revista Brasileira de Educação Física, também está presente na Revista Educação Física citado por Silvana Vilodre Goellner (2003, p. 59) em sua obra *Bela, Maternal e Feminina*.

é a vida ao ar livre, juntamente com a prática dos exercícios físicos bem orientados” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, n. 31, p. 03). O culto ao corpo refletia também no desenvolvimento das faculdades intelectivas, afastando os distúrbios mentais, equilibrando corpo e espírito. “O robustecimento do corpo reflete-se-lhes na euforia do espírito. Pensar bem é o fruto óptimo de uma condição precípua: ter saúde” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, n. 31, p. 03).

As atividades físicas sistemáticas são invocadas como elemento central no processo de embelezamento, dotando o corpo de belos atributos, uma técnica que compartilha das regras gerais da Higiene, representando importante auxílio à saúde da população (GOELLNER E SILVA, 2008, p.255).

O médico higienista deveria trabalhar de mãos dadas com o pedagogo e o professor de Educação Física. As praias, os ginásios, as piscinas, os clubes esportivos eram considerados escolas de saúde. Assim, Berilo Neves explanou sobre o assunto:

A beleza crescente das gerações novas reflete a eficácia dos novos métodos de educação, no Brasil. Uma visita às praias convence-nos facilmente de que se está plasmando, uma unidade étnica admirável. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, n. 31, p. 04).

A normalidade traduzida como beleza seria o desenlace dos pressupostos eugênicos, atributo, entretanto, muito raro em um país de mestiços. Ser bela, com o corpo e mente saudável refletia em objetivos que iam além de sua própria individualidade. Vista como peça fundamental para o engrandecimento do país, a representação maternal da mulher estava voltada para o fortalecimento da raça no que diz respeito à saúde, o vigor físico, e a eficiência frente aos obstáculos da vida, ou inerentes ao trabalho, e a preservação da soberania e da honra nacional. Segundo Silvana Vilodre Goellner (2003), As mulheres deveriam reconhecer a importância das atividades corporais e esportivas para favorecer o aperfeiçoamento da reprodução humana e ao mesmo tempo para preparar os jovens, mantê-los dispostos para a luta e exibirem a força de seu patriotismo.

Para que tal fim se concretizasse, a Revista Brasileira de Educação Física toma para si, o dever de divulgar a Educação Física feminina, através dos mais modernos preceitos científicos e pedagógicos, e vê nas mulheres a possibilidade de robustecimento da população e “melhoria do padrão humano nos anos do porvir”. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, n. 31, p. 04). Para atingir tais fins o periódico se ampara novamente nas palavras de Berilo Neves:

A educação física da mulher, alicerce básico de tãda regeneração física, constitue, pelos seus elevados objetivos e meios postos em ação, uma escola de energia individual e mais ainda social. Por isso mesmo, deve ser bastante incrementada como coadjuvante poderosa da eugenia. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949, n.60, p.5).

Cabe destacar, que nos artigos nos quais são abordados os temas sobre a mulher, há um intenso discurso biológico que justificava as possíveis funções e espaços sociais nos quais a mulher poderia estar presente ou não.

Os esportes e a ginástica para a mulher eram vistos como parte da construção de seu corpo e sua personalidade. Aos desportos são atribuídos “um sinal de emancipação feminina, dando sentido à sua presença, destacando sua expressão, mobilizando-a, na preparação da sua dignidade” como afirmou o pioneiro da sociologia do esporte no Brasil, o professor João Lira Filho. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n. 3, p.7).

No entanto seus “benefícios” além de individuais visam um bem maior, cumprir a missão de estar na condição física saudável para gerar seres fortes.

A saúde de seu corpo depende ou não o vigor das futuras gerações [...] Preparar, garantir e conduzir a maternidade com êxito traduzem vontades pessoais e políticas que reclamam precauções e orientações específicas, voltadas para o resguardo e a vigilância do corpo feminino. (GOELLNER, 2003, p.66).

Nas publicações da Revista Brasileira de Educação Física há uma mistura de argumentos, relacionados ao progresso feminino nas esferas política, econômica e social. Nota-se um incentivo para que as mulheres obtivessem uma educação que lhes fornecesse poderes para satisfazer suas atividades intelectuais, morais, físicas e sociais, salientando sua capacidade equivalente ao homem no desempenho

intelectual nas tarefas. Deste modo a revista registra alguns desses discursos, emitidos pelo importante professor João Lira Filho:

Hoje todos reconhecemos que ela não nasceu com carteira profissional de cozinheira. Sua educação não se destina, apenas à função procriadora. A economia domestica é a primeira das aptidões com que deve dotar-se a mulher; não se infere porém daí, que sua vida, neste século, se concentra na administração da casa. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, n. 3, p.5).

Silvana Goellner (2003, p.70) afirma que se a família nuclear era necessária para a sociedade brasileira, também o era a educação da mulher, considerada pilar sobre o qual sustenta-se instituição familiar.

Razão pela qual a educação feminina, apesar de ser incentivada, não promove uma formação continuada nem traz às mulheres efetivas possibilidades de emancipação social intelectual e econômica. A maneira como são elaborados os planos educacionais e os currículos das escolas femininas acaba por promover a prosperidade da economia nacional e a estabilidade social e política do país porque combinam ao mesmo tempo educação moral e disciplina social legitimando para as mulheres a tarefa de civilizar, elevar e redimir o mundo, não transformá-lo.

Entre trilhas e caminhos sinuosos foi que se forjou uma representação simbólica da mulher, a “esposa-mãe-dona-de-casa”, no mesmo momento em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial solicitam sua presença no espaço público, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (RAGO, 1985).

No que diz respeito à Morfologia e Fisiologia feminina há quase um consenso entre os autores dos artigos na revista. A Educação Física feminina deveria adaptar-se às tendências inerentes ao seu sexo. Ao corpo feminino, que se quer forte e saudável porque útil à sociedade ao apresentá-la com corpo igualmente fortes e saudáveis, são atribuídas diversas privações que objetivam proteger características de sua feminilidade e preservar-lhe a fertilidade. (GOELLNER, 2003, p. 69).

Neste viés, afinada com esse discurso a Revista Brasileira de Educação Física, registra em suas páginas a fala de Stella F. M. Guérios, Técnica de

Educação e professora da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo<sup>20</sup>:

No congresso Internacional de Educação Física, realizado em 1913, DEMENY ao mencionar no seu trabalho a ginástica feminina sugeriu que: é preciso pedir à mulher os esforços, mas dar a êsses esforços uma forma adaptada à sua beleza. A sua energia não deve destruir a sua graça natural, sinão ela não achará, atrativo nos exercícios. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 40, p. 10).

Os atributos “naturalmente” femininos são mencionados para especificar o trabalho físico para as mulheres. Vejamos a citação de Stella F. M. Guérios:

Devemos elevar a cultura física feminina, desenvolvendo-a o mais possível por meio das suas atividades físicas; não rejeitando os exercícios que lhes darão flexibilidade, equilíbrio, resistência, harmonia de formas, controle neuro-muscular, doçura e graça e jamais permitindo que a feminilidade no sentido verdadeiro da palavra seja destruída ou esquecida. A força deve ser desenvolvida, mas até certo grau, para que não destrua uma atitude bela. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 40, p. 11).

A mulher deveria ser “forte” até certo ponto, não ultrapassando os limites ditados por sua “natureza”. O aumento excessivo de massa muscular era “indesejado”, pois é destituído de graça e harmonia, e estão relacionados a certas características viris que questionam a beleza e feminilidade da mulher e colocam em dúvida a autenticidade de seu sexo. (GOELLNER, 2003, p. 124).

A graça além de ser considerada uma qualidade atraente, era colocada como uma característica inata das mulheres, porém com um ensinamento metódico, poderia desenvolver, conforme aponta Stella Guérios, ainda mais essa “imprescindível atração da mulher”. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n.40, p.11).

Seguindo tal perspectiva, se vê que os discursos biológicos, oriundos do saber médico, são os demarcadores das funções, características e espaços que os indivíduos, principalmente as mulheres, deveriam ocupar no plano social. Em quase

---

<sup>20</sup> É interessante salientar que estes fragmentos do artigo de Stella F. M. Guérios na Revista Brasileira de Educação Física estão presentes também em seu livro “Educação Física Feminina”, publicado em 1974.

todos os artigos sobre Educação Física feminina na revista, estava presente o discurso médico. Sigamos novamente com as palavras de Stella F. M. Guérios:

Verificamos quão evoluída está a vida privada e social da mulher e como esta necessita de uma educação física racional e progressiva. Nela, a falta de atividade física é de conseqüência bem mais desagradável do que para o homem, atendendo a que sua vida pessoal será repercutida na geração. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 40, p. 10).

Os argumentos são sempre legitimados pela ciência, como vemos nesta citação do Dr. Maurice Boigey.

Para uma mulher uma inteligência cultivada acompanhada de uma má constituição é de pouco valor, porque a descendência de uma doença é destinada a se estender da 1<sup>o</sup> a 8<sup>o</sup> geração. Ao contrário, uma boa constituição si forem pobres os dons intelectuais que acompanham merece sobreviver. Porque a inteligência, pode ser, indefinidamente, cultivada nas gerações futuras, enquanto que a saúde perdida não é recuperada. Não há portanto, como deixar de concluir que: cultivando-se o valor fisiopsíquico e social da mulher, toda a raça será melhorada, porquanto ainda: É uma mulher forte que faz uma raça forte e são as mulheres belas as responsáveis pela beleza de uma raça forte. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 40, p. 10).

Assim, a revista mostrou-se bastante próxima de interesses políticos e econômicos que se consolidavam por meio de argumentos científicos. Eram eles que lhes davam validade e indicavam os lugares que cada um poderia ocupar na cena social.

### 3.2 ORDEM MÉDICA: DELIMITANDO OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS MULHERES

Segundo Carmem Lúcia Soares (2008, p. 35), a Educação Física e os desportos constituíam parte das concepções eugênicas, e são considerados conteúdos capazes de contribuir, especificamente, na regeneração da raça e sua melhoria. O saber médico, na década de 1940, permeava inúmeras publicações, oficiais e não oficiais, diárias, semanais ou mensais, e sua abrangência não se restringia ao território brasileiro. Afirmavam à população regras de condutas e formas de pensar específicas. Seus ensinamentos colocavam-se como necessários para todos. Em conjunto, essas publicações formaram um eficiente meio de

divulgação do saber médico para a sociedade e o afirmava como verdadeiramente responsável por educar, corrigir e curar o corpo. (DALBEN E SOARES, 2008, p. 244).

As matérias da Revista Brasileira de Educação Física relacionadas às práticas corporais indicadas às mulheres eram sempre, assinadas, permeadas e legitimadas pelo saber médico. A retórica médica presente nelas estabelecia um compilado de “verdades” sobre os corpos femininos, seus usos higiênicos e morais, regulamentando e limitando suas ações em todas as esferas da vida.

Os médicos permitiram o ingresso das mulheres no universo das práticas corporais e esportivas porque viam nele uma ferramenta importante para o desenvolvimento da saúde e da beleza feminina. Instrumento fundamental para o desenvolvimento de uma maternidade sadia. Entretanto, conforme aponta Jurandir Freire Costa (1983) a retirada da mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social deveria ser regulada afim de não prejudicar a estrutura familiar tão bem planejada pela ordem médica. Pode-se aqui fazer um paralelo, com a afirmação da historiadora Margareth Rago (1985, p.63):

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais [...] Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento da culpa diante do abandono do lar [...] Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, [...] tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos.

Cabe destacar, conforme aponta a socióloga Madel Therezinha Luz (1988, p.94), que as concepções predominantes do pensamento médico no Brasil neste período foram aquelas que se constituíram a partir de:

[...] teorias e categorias higienistas, com profundas implicações moralizadoras, com propostas políticas implicando adaptações dos sujeitos, grupos e classes às regras médicas em um processo de racionalização da civilização.

Sem exceção, a ordem médica, destacou a importância de uma Educação Física que trazia em seu interior a prática de exercícios ginásticos, de jogos ao ar livre, de esportes e ainda danças na formação de hábitos higiênicos e na

moralização dos costumes, orientando os indivíduos para ocupação de seu tempo de uma forma útil e regrada.

Nos artigos da Revista Brasileira de Educação Física, os médicos deveriam orientar e limitar as práticas corporais condizentes com as mulheres. O professor de Educação Física da Escola Nacional e da Escola de Educação Física do Exército, o militar Jair Jordão Ramos alertava para tais orientações e limitações sob um ponto de vista da ordem médica:

A prática desportiva não deve ser feita de uma maneira empírica. Torna-se necessário ver nela [...], o cerceamento dos exercícios físicos, só convindo, por conseguinte de uma maneira absoluta, às moças em perfeito estado de higidez. Além disso, se praticados com certa intensidade, os desportes devem estar sempre sob as vistas de um médico experimentado que verificará constantemente o treinamento. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949, n.60, p. 5).

A ciência médica se encontrava numa posição privilegiada. Proclamava um conjunto variado de justificativas e argumentações a favor ou contra certas práticas corporais. Para isso usou a anatomia, a antropometria e, particularmente, a fisiologia, como os únicos saberes objetivos e irrefutáveis sobre o “normal” funcionamento do corpo e sobre as “naturais” diferenças entre os sexos. (SCHARAGRODSKY, 2008, p.107)<sup>21</sup>.

Foi neste contexto em que a Educação Física contribuiu fortemente “a grande obra de perpetuação da espécie” (MEJÍA, *apud*, SCHARAGRODSKY, 2008, p.113). A ginástica e as demais práticas corporais (jogos, danças, caminhadas, exercícios físicos moderados) contribuíram para formar corpos femininos saudáveis e preparados para o ofício da maternidade. Fim supremo da vida de qualquer mulher considerada “normal” naquela época. (SCHARAGRODSKY, 2008, p.113).

Neste processo, a mulher foi submetida, através das metáforas da maternidade e da mãe educadora, como máxima responsável da saúde de seus filhos e, por consequência parte importante do futuro da nação. Por ação ou por omissão, as mulheres se converteram em potenciais agentes de transmissão de caracteres degenerativas ou regenerativas (SCHARAGRODSKY, 2008, p.113)<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Pablo Ariel Scharagrodsky, no artigo “Entre la maternidad y la histeria. Medicina, prácticas corporales y feminilidad em el Buenos Aires del fin de siglo XIX” analisa as práticas de medicalização do final do século XIX. Salienta-se que este processo ocorrido na Argentina teve bastante similaridades com o ocorrido no Brasil, bem como as prescrições encontradas nas páginas da Revista Brasileira de Educação Física na década de 1940.

<sup>22</sup> Tradução Livre.

Dentro deste quadro, entre as inúmeras ações dirigidas a modelar e desenvolver corpos femininos fortes, harmoniosos, e especialmente fecundos, emergiu a Educação Física. Os exercícios físicos amparados na “ciência” médica adquiriram rapidamente uma importância significativa, legitimados em seu potencial regenerador e em sua benéfica capacidade de intervenção com o fim de alcançar uma “saudável” capacidade maternal. (SCHARAGRODSKY, 2008, p.114).

Como parte da Educação Física, os esportes, embora não por unanimidade, como o equivalente da modernidade, garantia moral de esplendor, evidência de um progresso que está alojado no coração das nações. Este inscrevia no corpo novos códigos utilitários e representava uma possibilidade de passatempo, um entretenimento absolutamente regrado, disciplinado e universal que ensinava a obediência e a hierarquia, a precisão dos gestos e o tempo exato de duração, um elemento indiscutível de promoção da saúde individual e social. (SOARES, 2008, p. 33).

Motivados por essas idéias, que médicos como Waldemar Areno, um destacado médico brasileiro, professor catedrático de Higiene Aplicada da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, publicam na Revista Brasileira de Educação Física retóricas que incentivavam as mulheres a “adentrar” ao mundo das práticas corporais.

Como meio de Educação Física, são os desportos as atividades mais atraentes e sedutoras, movimentando as alavancas do corpo exercitando as qualidades morais e favorecendo a secreção do espírito – são práticas educacionais, recreativas e ainda como meio de competição. A competição desportiva entre as mulheres pode ser permitida e deve mesmo ser aconselhada; tem influência na formação do caráter educa o ânimo e a vontade, desperta o espírito de solidariedade e cooperação, a coragem e a confiança em si. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 31).

No entanto as mulheres deveriam se adequar neste universo esportivo não de forma plena, e sim de modo parcial. A limitação discursiva circulava nos limites biológicos da materialidade de seu corpo, ou seja, nas características que o saber médico considerava como “naturalmente” femininas. Nesse contexto surgem novamente considerações do médico Waldemar Areno:

O diformismo dos sexos é evidente e irrefutável; a mulher não difere ao homem só no seu aspecto morfológico, por ter ossos mais delicados, bacias mais largas, músculos menos potentes e fôrmas arredondadas..., não só

nas funções, mas também em várias facetas do seu espírito, está bem caracterizada a individualidade feminina. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 31).

Os argumentos médicos convertem o corpo da mulher em um objeto de conhecimento. Era necessário controlar o seu corpo, pois certos “descuidos” poderiam virilizar o corpo feminino. Tais questões estavam claramente expressas nos diversos artigos da revista. O discurso da diferenciação biológica entre homens e mulheres e a conseqüente distinção de exercícios físicos prescritos para um e outro sexo era uma marca presente no periódico. Eis que novamente o saber médico esteve representado nas páginas da Revista nas palavras de Waldemar Areno:

É fundamental que se obedeça à adaptação higiênica e fisiológica dos exercícios e desportos, impugnando os contra-indicados, selecionando os permitidos, orientando e regulando a execução deles. É imperioso também obedecer ao tipo morfológico feminino para a indicação de certos desportos e ainda preparar com exercícios ginásticos bem dirigidos uma sólida base física deste organismo. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 31).

Os desportos deveriam se aproximar e reafirmar o universo feminino, desde a harmonia de suas formas até os recônditos de sua delicadeza. Os efeitos resultantes de sua prática não poderiam prejudicar o seu desenvolvimento anatômico e fisiológico. O professor de Educação Física e militar Jair Jordão Ramos também alertava para tais limitações:

Aqueles que fazem da mulher um ser igual ao homem sob o ponto de vista físico, asseguram que elas podem, sem perigo algum praticar todos os desportos. Outros, ao contrário julgam que sobretudo no campo desportivo a moça deve agir com certa precaução afim de evitar sérios prejuízos à sua personalidade e a boa formação do seu físico. Aliás, esta última tese está inteiramente de acordo com o nosso modo de ver e é a consubstanciada pela nossa orientação. E, nem podia ser de outro modo, pois a mulher é na realidade, profundamente diversa do homem. Todo o seu corpo é impregnado de substâncias químicas segregadas pelos ovários, tendo cada um dos seus sistemas orgânicos os sinais característicos do seu sexo. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 31).

Ainda que a Revista Brasileira de Educação Física incentivasse as mulheres a exercitarem seus corpos, os impedimentos discursivos e lingüísticos a certas

práticas eram muitos, pois conforme aponta Silvana Vilodre Goellner (2003, p.66), circunscreviam a mulher nos limites da sua sexualidade e da anatomia e da fisiologia, ou seja, nas materialidades de seus corpos. Essa interdição discursiva foi marca presente nas páginas da Revista, mais uma vez na retórica médica de Waldemar Areno:

Existem para a mulher e de acôrdo com as condições do nosso clima, desportos indicados, contra-indicados e os aceitáveis com certas adaptações ou reservas. É importante salientar para êste aspecto do problema, que se estriba em fundamentos de ordem biológica e atende às finalidades a que se destina a educação da mulher. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949, n. 60, p. 14).

As limitações discursivas narradas por um ideal de feminilidade e o medo de uma virilização acentuada não estavam presentes somente na Revista Brasileira de Educação Física, o discurso da diferenciação biológica entre homens e mulheres e a conseqüente divergência de exercícios físicos para um e outro sexo também circulavam em outros locais. Waldemar Areno, em sua obra “Fundamentos Biológicos da Educação Feminina”, publicado em 1946, registrou a necessidade de adaptação da educação feminina, fundamentada em fatores biológicos e sociais do dimorfismo dos sexos.

Na fase adulta são patentes as diferenças entre homem e a mulher, diferenças que, no ponto de vista anátomo-fisiológico, evidenciam logo a diversidade entre eles. No aparelho locomotor são elas bem encontradiças: na mulher, os ossos mais delicados, mas lisos, sem os acidentes de superfície tão pronunciados, cristas, saliências, apófises, para as inserções musculares e ligamentosas menos desenvolvidas; e assim se compreende, porque os músculos e ligamentos que nelas se fixam são mais frágeis e se movimentam com menor intensidade. Bacia óssea mais larga do que alta, mais ampla – o motivo é a eventual instalação do futuro tumor gravídico. [...] Articulações mais lábeis, musculatura em geral menos potente e gordura mais abundante, com sua distribuição feminina, na região mamária, no ventre inferior, nos flancos e nas coxas. (ARENO, 1946, p.17).

O corpo feminino foi definido como incompleto, frágil e deficiente. Para o caso da Educação Física esta posição tradicional e inferiorizada com respeito à condição feminina, não só foi a mais utilizada e valorizada, como também circulou nos variados discursos e nas diferentes práticas corporais utilizadas durante boa parte do século XX. (SCHARAGRODSKY, 2008, p.118).

Não só a condição física das mulheres circulou nos discursos para orientar qual a melhor prática condizente com o mundo feminino. Outros elementos também foram utilizados pela ordem médica, como por exemplo, os aspectos psicológicos:

A psicologia feminina se caracteriza, diz Maranon, pelos dois seguintes traços essenciais: “uma afetividade mais aguda que a do homem; e uma aptidão menor do que dêste para a atividade abstrata e criadora. O espírito feminino é conduzido aos assuntos domésticos, às atividades morais, analíticas; ela é compassiva, tímida, afável, muito acessível às emoções, afetuosa e sentimental. E muito embora o homem possua êsse conceito de mando, êsse complexo de superioridade, a mulher têm também as suas vantagens, os seus saldos favoráveis, nêsse confronto anatômico, fisiológico e psicológico. Ela é mais resistente à dor física, conforme podem atestar as referências de médicos e dentistas; tem maior média de duração de vida; é mais forte na adversidade, na sua dedicação à humanidade, no seu amor ao homem, na sua paciência e em seu espírito de renúncia. (ARENO, 1946, p.19)

Tal discurso reforça a representação feminina de muito mais sentimental do que racional, sensível, ingênua, passiva, dona-de-casa, física e moralmente frágil, instinto maternal, infinita capacidade de amar e de se dar. Tudo isso fazia parte de sua “natureza”. E foi através destes argumentos científicos, que pretendeu-se fundar um novo modelo normativo de feminilidade e convencer as mulheres de que elas deveriam corresponder a tais prescrições discursivas.

### 3.3 A ORDEM MÉDICA NO UNIVERSO DAS PRÁTICAS CORPORAIS PRESCRITAS AS MULHERES

O universo desportivo poderia significar uma ameaça a essa imagem. A mulher esportista punha em risco a ordem médica. Esta independência aberta à mulher poderia também dissolver a família e afrouxar os laços familiares como virilizar e por em risco sua heterossexualidade. O que não aconteceria se ela ficasse no espaço privado do lar. O saber médico então formulou todo um discurso que delimitou demasiadamente a entrada feminina nesses espaços da vida pública.

Silvana Vilodre Goellner (2003, p. 110), indica que tais discursos indicavam que era necessário fortalecer a “nova mulher”. No entanto, velhos preceitos e juízos

morais deveriam ser mantidos para que assegurassem a continuidade tanto da família nuclear como da distinção de papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Os desportos na Revista Brasileira de Educação Física prescritos às mulheres seguiam essa lógica, pois estavam geralmente classificados em: contra-indicados, ou seja, aqueles que deveriam ser impugnados ou abolidos; os aceitáveis, que eram permitidos com reservas, sob controle médico cuidadoso; e os indicados, que eram especialmente recomendados.

Entre as práticas indicadas estavam os desportos aquáticos, “natação como verdadeiro desporto da mulher; natação recreativa, utilitária ou em competição, ela é benéfica no seu conjunto de ações sobre o organismo feminino” e o remo só deveria ser cultivado como meio de recreação. O tênis, o badmington, o tênis de mesa, e outras atividades correlatas. Entre as provas atléticas indicadas estavam as corridas rasas até 200 metros, incluídos os revezamentos e os lançamentos de dardo, disco e peso, com material mais leve e adaptado às possibilidades da mulher. O ciclismo podia ser disputado em provas de curta duração. A equitação teria graça e elegância na sua prática, grandes efeitos gerais e um sentido utilitário e educativo, entretanto em competição deveria ser encarada com reservas. Entre os desportos coletivos o voleibol, sendo o basquetebol também permitido, obedecendo às novas regras que procuram modelar o jogo, de modo a evitar ao máximo o contato pessoal e os choques entre as disputantes. Dos desportos de ataque e defesa, só a esgrima de florete era compatível e aceitável em competição. (ARENO, REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p, 31-33).

Das atividades úteis à mulher, não deveriam ser omitidas a dança e a patinação, principalmente a dança natural, de sentido altamente educativo e onde a graça e ao encanto dos movimentos ritmados, se associam aos benéficos efeitos gerais sobre o organismo. (ARENO, REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 33).

No amplo catálogo dos desportos contra-indicados estavam as provas aquáticas acima de 400 metros. Distâncias em que só deveriam competir as nadadoras já experimentadas. Os saltos ornamentais poderiam também ser permitidos, obedecida a orientação do respectivo regulamento na seleção dos saltos femininos. O pólo aquático era uma prática corporal contra indicada. Tais interdições se materializam numa matéria escrita por Waldemar Areno:

Nos desportos terrestres individuais, há entre as provas atléticas, diversas considerações a serem previstas. Apesar de em tôdas as provas, haver adaptação ao sexo, quer nas distâncias a percorrer, quer no material utilizado, nem tôdas parecem indicadas e permitidas à mulher. O próprio regulamento olímpico, não faz constar do mapa das competições, as provas evidentemente absurdas, como o lançamento do martelo, as corridas até 200 metros, o salto com vara e o salto triplo. O salto em distância com impulso não pode deixar de ser encarado com reservas e sôbre ele já opinamos em contrário. O salto em altura e a corrida com barreiras baixas, são provas que podem ser permitidas exclusivamente às atletas de figura morfológica compatível e favorável. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 32).

O levantamento de peso e halteres era contra-indicado bem como a ginástica de aparelhos, apesar de ser praticada em alguns países europeus. A maioria dos exercícios de barras paralelas, argolas, cavalo, de pau e barra fixa, não eram adaptáveis à mulher.

No que se refere ao esporte mais popular do país as interdições eram ainda maiores. Os argumentos contrários à participação das mulheres no futebol explicitavam que além de ser uma prática corporal rude, a modalidade requeria um nível apurado de preparação física e técnica, cuja prática pode ferir o corpo feminino, principalmente no que diz respeito a sua saúde reprodutiva, a virilização e ao seu aspecto estético (GOELLNER, 2003, p. 75). Nas páginas da Revista o nosso velho conhecido Waldemar Areno limitava a prática feminina nessa modalidade:

É evidente que o futebol não pode fazer parte dos desportos femininos, nem mesmo como, grande jôgo. Tal prática é absurda e nociva e o espetáculo que ela nos oferece, além de antidesportivo e antifisiológico é até degradante aos observadores de bom senso. Já tivemos a oportunidade e o desprazer de assistir o futebol feminino, que felizmente não teve aceitação entre nós. O hockey, o baseball e o rugby, não praticados no Brasil, pelas características de regulamentação, não são também atividades para o sexo feminino. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n. 34, p. 32).

Os desportos de ataque e defesa, entre eles o boxe, a luta livre, o jiu-jitsu, a esgrima de espada e sabre, não eram evidentemente meios para conquista do fim a que se destinava a educação física feminina.

O saber médico também era contrário sobre a participação feminina na ginástica acrobática. Os exercícios de malabarismo e as cambalhotas eram considerados desgraciosos e antiestéticos para a mulher, além de arriscados e sem finalidade como meio de Educação Física.

Os métodos de Educação Física são pletóricos em exercícios apropriados à mulher e não há de qualquer modo necessidade de nos socorrermos de exercícios desse gênero, motivos exclusivos de exibicionismo e não meios educativos ou de recreação. (ARENO, REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, n.34, p.33)<sup>23</sup>.

Percebe-se pelas afirmações presentes na Revista Brasileira de Educação Física, que era necessário que a mulher se exercitasse, mas de forma que as características do modo feminino de ser estivessem garantidas. Assim, aquela que não obedecesse aos requisitos estipulados, inscrevia-se no campo da “anormalidade”.

A independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa. Por isso, sua presença em desportos acabava por ressaltar uma certa independência. Características que não eram condizentes com sua “natureza”. Por isso eram intoleráveis. A mulher esportista poderia significar um mau exemplo às outras mulheres. Uma ameaça para sociedade. Nesse sentido, a nova mulher que a Revista Brasileira de Educação Física deseja ver construindo a nação...

[...] deve agir dentro dos preceitos morais e culturais que sustentam este tempo de industrialização e urbanização. Se há a exigência de uma maior participação em diferentes instâncias da sociedade há, também, a diversificação das formas de controle que para ela se direcionam. Afinal, antes de se configurar como um efetivo projeto de emancipação feminina, este discurso só faz reafirmar sua conformação dentro de padrões historicamente designados como próprios da sua identidade de mulher (GOEELNER, 2003, p. 101).

O cenário esportivo apresentou-se com esta contradição de restrição e transgressão nas páginas da Revista Brasileira de Educação Física, e soma-se a este universo todos os sistemas de representação nele presentes que criaram padrões e significados ditos “verdadeiros”, demarcando modos de ser e intervindo sobre o corpo feminino. Este corpo que no pensamento social do país era identificado como elemento importante para a sua modernização.

Território permeado por ambigüidades, o mundo esportivo, simultaneamente, fascina e desassossega homens e mulheres, tanto

---

<sup>23</sup> Havia um crescente receio da família burguesa, de profissionais que “cuidavam” do corpo, como, por exemplo, os médicos, de higienistas e filantropos frente a este universo que se apresentava de modo tão encantador e, porque não dizer, “perigoso” para a idéia de disciplina e ordem burguesas, sobretudo no que se refere aos usos do corpo. A razão básica do crescente receio era a constatação de que o universo gestual próprio do circo apresentava uma total ausência de utilidade. (SOARES, 2002, p.24).

porque contesta os discursos legitimadores dos limites e condutas próprias de cada sexo, como porque, através de seus rituais, faz vibrar a tensão entre a liberação e o controle de emoções e instintos individuais. Acrescenta-se a essas interpretações a constatação de que os esportes são importantes meios de propagação de um modelo imaginário de nação e nacionalidade. E também de representações de masculinidade e feminilidade. (GOELLNER, 2003, p.129).

Sendo assim, espero que neste momento tenha conseguido demonstrar que as retóricas presentes dentro da Revista Brasileira de Educação Física estavam sintonizadas com o contexto do período, e que o periódico em questão foi um importante meio de disseminação e afirmação dos valores vigentes que a sociedade desejava alcançar.

## **POR FIM...**

Após a análise dos periódicos da Revista Brasileira de Educação Física no que tangencia o “novo” modelo normativo de mulher como ferramenta importante na construção do projeto de progresso nacional elaborado na década de 1940, foi possível fazer algumas considerações. As verdades são imbricadas pelas relações de poder, sendo produzidas de acordo com o que a sociedade quer que seja considerado verdadeiro ou não. E vai mais além, pois os saberes produzidos pelas relações de poder vão dizer por todos, quais são os modos de vida a serem seguidos pela população.

Baseando-se nos referenciais teóricos utilizados neste trabalho, envolvidos pelos discursos do eugenismo e higienismo, nota-se que o saber médico fundou uma representação singular de ser mulher relacionando-a com sua principal e nobre missão: a maternidade. Essas representações estavam estritamente ligadas com modelos espelhados em países europeus, enfatizavam a importância da família nuclear moderna, requisito indispensável para o desenvolvimento do Brasil.

Estes pontos se concretizam nas matérias da Revista Brasileira de Educação Física onde são abordados temas sobre as mulheres e as práticas corporais. Sintonizada com esses discursos a revista expõe como deveria ser gerida a Educação Física feminina. Elabora um compilado de idéias cuja recorrência possibilitou a emergência de rede discursiva que conferiu forma e legitimidade a determinados corpos femininos. A elas são atribuídas diversas privações que objetivam proteger as características de sua feminilidade e preservar sua fertilidade.

É notável a presença da ciência como legitimadora de uma pedagogia corporal do feminino, notável nos discursos especializados, mas combinada com os fortes imperativos morais. Verificou-se que a ordem médica entrou como articuladora desse processo de normalização e apoiada por saberes advindos principalmente da anatomia e da fisiologia. Produziu argumentos com o intuito de converter o corpo da mulher em um objeto de constante controle e preocupação. Tudo com o objetivo de não prejudicar ou desviá-la do seu “inato” papel feminino. Estava claramente expresso nos artigos da revista o discurso da diferenciação biológica entre homens e mulheres e a conseqüente diferenciação de exercícios físicos prescritos para um e outro sexo.

Mesmo com todas as limitações que lhe eram impostas devido às "verdades" construídas que a permeavam, acredito que o ingresso das mulheres nas práticas corporais e desportivas representou um grande avanço no que diz respeito à sua emancipação, pois possibilitou a sua saída do ambiente privado do lar, predestinação de toda mulher, para um novo panorama de possibilidades e conquistas, a vida social, ou seja, a ocupação do espaço público.

Este trabalho possibilitou-me compreender que o conjunto de saberes que permeiam o corpo feminino é construído de múltiplas formas em tempos e lugares diferentes, bem como perceber que as "verdades" construídas podem ter descontinuidades e rupturas, assim como continuidades. Neste viés, entendo ser necessário que se enxergue a questão no seu âmago, desvendando como funcionam os mecanismos de representação e significação e que com isso se possa desnaturalizar questões que são tratadas como verdades absolutas. Acredito que nos dias atuais como há novas retóricas, existe uma permanência disfarçada, reinventada, com novas roupagens de discursos que se mostraram no passado. Mas isto que relato pode ser um tema de investigação para próximos trabalhos.

No processo investigativo dos saberes estudados neste trabalho, utilizo como expressão a afirmação da historiadora Denise Sant'Anna (2001, p.3):

Território tanto biológico quanto simbólico, processador de virtualidades infindáveis, campo de forças que não cessa de inquietar e confortar, o corpo talvez seja o mais belo traço da memória da vida. Verdadeiro arquivo vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres, o corpo do indivíduo pode revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia mas, ao mesmo tempo, escondê-lo. Pesquisar seus segredos é perceber o quanto é vão separar a obra da natureza daquela realizada pelos homens: na verdade, um corpo é sempre "biocultural", tanto em seu nível genético, quanto em sua expressão oral e gestual.

Ao construir este trabalho me deparei com várias transformações que vieram a ocorrer. Era o primeiro contato que tinha com o tema da educação do corpo e das mulheres. Inicialmente achei que o trabalho penderia para outros lados, mas com o desenrolar da pesquisa fui me surpreendendo e foram aparecendo muitas e novas nuances a serem estudadas e colocadas no trabalho, entre elas destaco a história da Revista Brasileira de Educação Física, e a Infância.

O engrandecimento no aprendizado, a agregação de muitos valores, me fazem ver as possibilidades que tenho agora em minhas mãos. A instigante vontade interior de estudar sobre mulheres, de saber o porquê de algumas condições atuais

da mulher que se configuram me fez pensar que talvez a resposta estivesse no passado. E então descobri, com a possibilidade de fazer este trabalho, que o que aconteceu lá atrás não está tão distante como às vezes pensamos.

E por fim sigamos algumas palavras de Marc Bloch (2001, p.65):

*“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.”*

## **FONTES**

Revista Brasileira de Educação Física, n.1, janeiro de 1944.

Revista Brasileira de Educação Física, n.2, fevereiro de 1944.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 3, março de 1944.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 24, janeiro de 1946,

Revista Brasileira de Educação Física, n. 31, outubro de 1946.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 32, novembro de 1946.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 33, dezembro de 1946.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 34, janeiro de 1947.

Revista Brasileira De Educação Física, n. 38, maio de 1947.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 40, julho de 1947.

Revista Brasileira de Educação Física, n.44, novembro de 1947.

Revista Brasileira de Educação Física, n.46, janeiro de 1948.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 47, fevereiro de 1948.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 48, março de 1948.

Revista Brasileira de Educação Física, n. 53, agosto de 1948.

## REFÊRENCIAS

ALBINO, Beatriz Staimbach; VAZ, Alexandre Fernandez. “Mulher, como deves ser”: um estudo sobre a educação do corpo feminino no jornal *dia e noite* (1940-1941). **Temas & Matizes**. n. 7, p. 66-74, primeiro semestre de 2005.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Saúde e beleza do corpo feminino – algumas representações no Brasil do Século XX. **Movimento**. Porto Alegre, v.19, n. 1, p. 119-143, janeiro/abril 2003.

ARENO, Waldemar. **Fundamentos Biológicos da Educação Feminina**. Rio de Janeiro: Graphica Metrópole, 1946.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. A revista *Vida e Saúde*: modos de olhar e educar o corpo feminino em suas páginas (1940-1950). **Pensar a Prática**, v.11, n.3, p. 239-250, set./dez., 2008.

DALBEN, André; DANAILOF, Kátia. Natureza Urbana: parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 163-177, setembro 2009.

DANAILOF, Kátia. Imagens da infância: a educação e o corpo em 1930 e 1940 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 25-40, maio 2005.

FERREIRA NETO, Amarílio; SCHNEIDER, Omar; AROEIRA, Kalline Pereira; BOSI, Fabiana; SANTOS, Wagner. *Revista Brasileira de Educação Física*. In: **Catálogo de**

**Periódicos de Educação Física e Esporte (1930 - 2000)**. Vitória - Espírito Santo: PROTEORIA, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, p.153-171, jun. 2008.

GOELLNER, Silvana. **Bela, maternal e feminina: Imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Unijuí, 2003.

GOELLNER, Silvana; FRAGA, Alex. A Inominável Sandwina e as Obreiras da Vida: Silêncios e Incentivos nas Obras Inaugurais de Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.25, p.71- 84, 2004.

GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Inezil Penna Marinho: coletânea de textos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, André Luiz dos S. "Sedentárias" e coquettes à margem: corpos e feminilidades desviantes na obra de Renato Kehl. **Pensar a Prática**, v.11, n.3, p. 251-259, set./dez., 2008.

HASSE, Manuela. Prefácio. In: SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da Educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 11-14.

LUZ, Madel T. **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MARTINS, Ana Paula Vosne. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.135-154, janeiro / março, 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

MELO, Victor Andrade de. Inezil penna marinho e a Escola de Educação Física e Desportos/UFRJ. **Arquivos em Movimento**, v.4, n.2, p. 179-188, julho / dezembro 2008.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; NÓBREGA Terezinha Petrucia da. O *Brazil-Medico* e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 209-219, 2008.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar**: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIMER, Ivoni Richter. Bíblia e Direitos Humanos uma Perspectiva Feminista. **Revista do Mestrado em Ciências da Religião Universidade Católica de Goiás**, v.1, n. 2, julho / dezembro 2001.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo. Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2003.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. É possível realizar uma história do corpo?. In: SOARES, Carmem Lúcia. (Org.). **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 3-23.

SCHNEIDER, Omar; NETO, Amarílio Ferreira. Estratégias editoriais, enciclopedismo, produtos e publicidade na revista *Educação Physica* (1932-1945). **Revista Movimento**, v.10, p. 23-52, 2004.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. Entre la maternidad y la histeria. Medicina, prácticas corporales y feminidad en el Buenos Aires del fin de siglo XIX. In: SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel (org.). **Gobernar es ejercitar**: fragmentos de la educación física en Iberoamérica. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008. p.105-135.

SILVA, Ana Márcia. **Corpo, Ciência e Mercado**: reflexões acerca de um novo arquétipo de felicidade. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação do corpo. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 16, p. 43-60, 2000.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física**: raízes Européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 2001. 145 p.

SOARES, Carmen Lúcia. Prefácio. In: **SILVA, Ana Márcia. Corpo, Ciência e Mercado**: reflexões acerca de um novo arquétipo de felicidade. Campinas: Autores Associados, 2001. s.n.

SOARES, Carmen Lúcia; **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia; Educación Física escolar en Brasil: breve historia de la constitución de una pedagogía higiênica. In: **SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel (org.); Gobernar es ejercitar**: fragmentos de la educación física en Iberoamérica.. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008. p. 17-64.

SOARES, Carmen Lúcia; TERRA, Vinícius. Lições da anatomia. In: SOARES, Carmen Lúcia. (org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados, 2007. p.103-116

VAGO, Tarcísio Mauro - **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906/1920). 1999. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) – USP; São Paulo.

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIGARELLO, Georges. **Le corps redressé**. Paris: Jean Pierre Delarge, 1978.